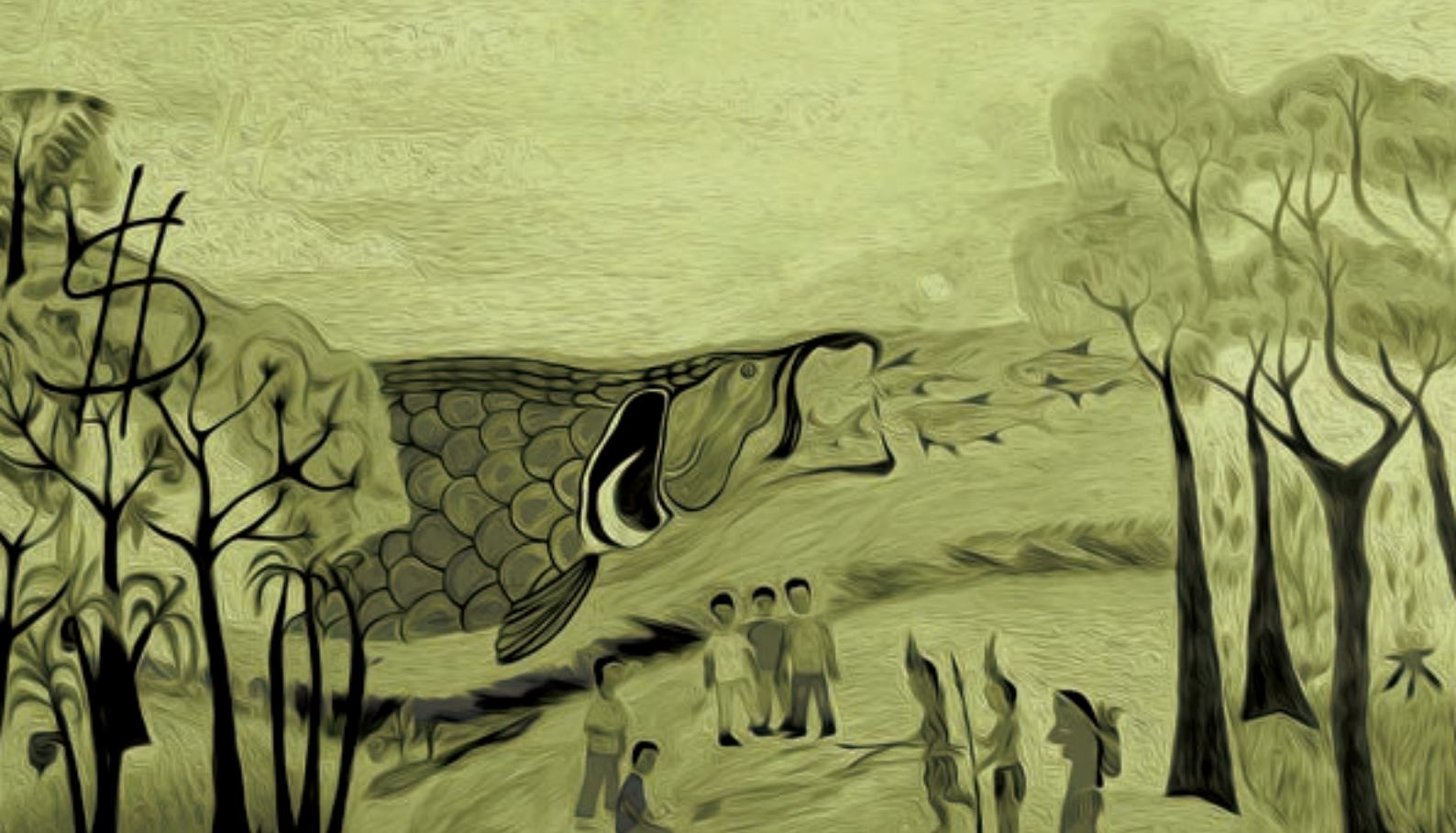


FALSAS
SOLUÇÕES
PARA O
DESASTRE
CLIMÁTICO

GOLPE VERDE



índice

<

Apresentação

Esta coletânea de artigos analisa criticamente o processo da implementação da chamada “economia verde” no estado do Acre, no Brasil.

Faz parte de uma série histórica composta por outros dois materiais: o dossiê **O Acre que os mercadores da natureza escondem**, lançado na Cúpula dos Povos (RJ), em 2012, e a revista **30 anos pós-assassinato de Chico Mendes e destruição oculta de florestas e vidas no Acre**, publicada em 2018.

Aliadas a uma série de outras ações e produções, nossas publicações resultaram em um processo de articulação entre mulheres e homens indígenas,

extrativistas, ribeirinhos, militantes da academia e organizações sociais dentro e fora do Acre.

Ao longo dos anos, essas articulações foram se dando em torno de alguns objetivos comuns: compreender e denunciar os impactos dos projetos e programas da economia verde nos territórios indígenas e extrativistas, e fazer a resistência ao processo de mercantilização e financeirização da natureza, em curso no estado, no Brasil e no mundo.

E, no Acre, essas mercantilização e financeirização começam efetivamente com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder do governo do estado, em 1999. Autointitulado o “governo da floresta”, a administração pública do PT adotou o discurso de que era preciso iniciar um novo ciclo de negócios no Acre, inserindo o estado na “era da economia verde” – para manter, como costumam dizer, a floresta “em pé”.

Em 2010, ocorreu um marco neste processo, com a lei que criou o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). Era a primeira vez, na história global, em que seria aplicado em um estado inteiro um mecanismo, criado em 2005, para reduzir as emissões de carbono oriundos do desmatamento: o REDD. Pouco depois, em 2012,

o governo alemão recompensou o governo do Acre pelo SISA, e pela redução das taxas de desmatamento no estado.

Durante quatro anos, através do banco público KfW, os alemães repassaram 16 milhões de euros – isto é, mais de 18,5 milhões de dólares – ao governo acreano, seguido por outros repasses milionários, consolidando assim o processo de financeirização da natureza. O dinheiro entregue ao Acre vinha do REM (do inglês, *REDD Early Movers*), um programa de Estado alemão que remunera os “pioneiros do REDD” no mundo.

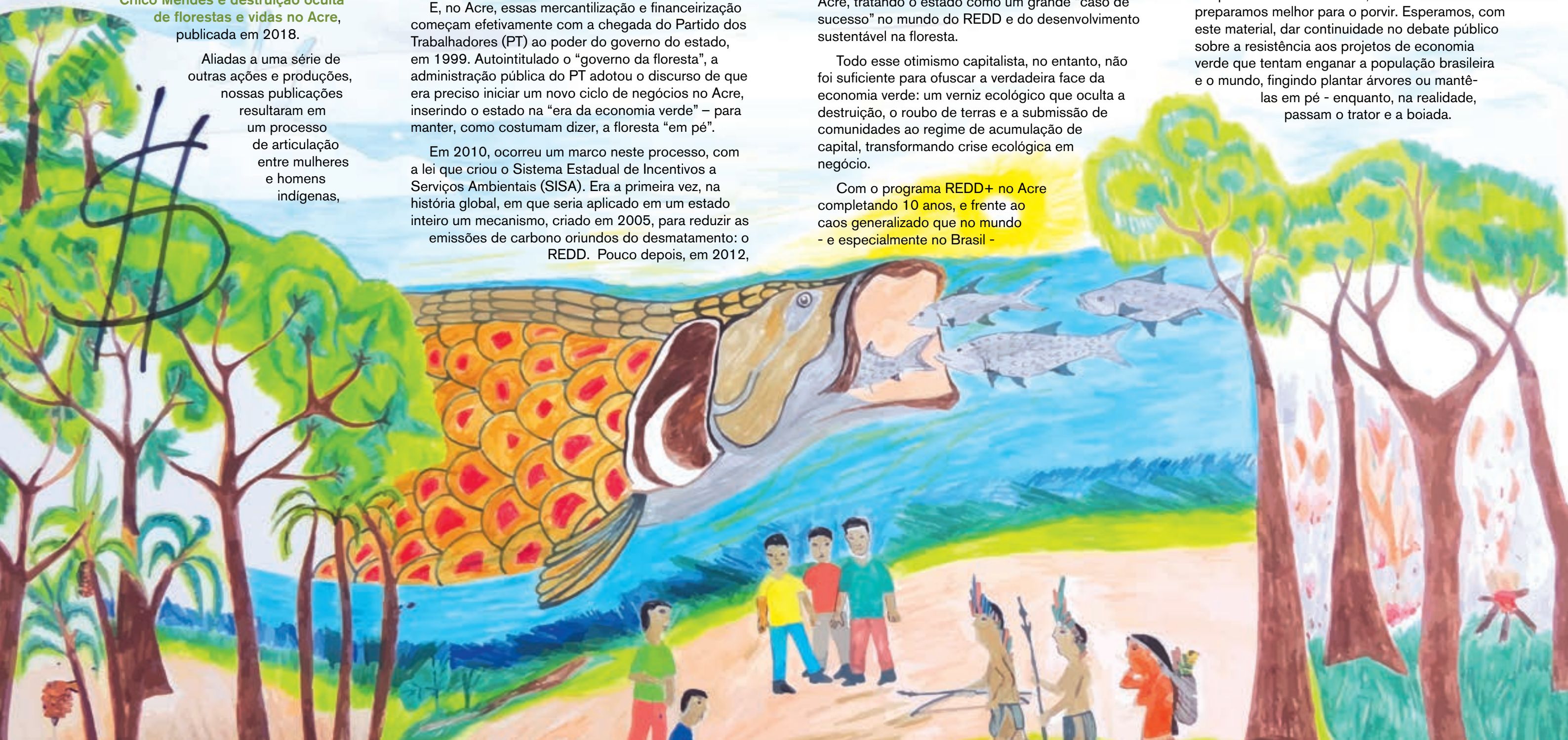
Ao longo dos anos, delegações internacionais levadas pelo Banco Mundial, pela ONG WWF e por outros promotores de REDD e REDD+ visitaram o Acre, tratando o estado como um grande “caso de sucesso” no mundo do REDD e do desenvolvimento sustentável na floresta.

Todo esse otimismo capitalista, no entanto, não foi suficiente para ofuscar a verdadeira face da economia verde: um verniz ecológico que oculta a destruição, o roubo de terras e a submissão de comunidades ao regime de acumulação de capital, transformando crise ecológica em negócio.

Com o programa REDD+ no Acre completando 10 anos, e frente ao caos generalizado que no mundo – e especialmente no Brasil –

vivenciamos hoje, em 2021, nos vimos impelidos a escrever este dossiê. Apresentamos, em oito textos, um panorama desse processo histórico no Brasil. Transitando pelo vasto horizonte das violações e desmandos do capitalismo verde, começamos 33 anos atrás, com o assassinato de Chico Mendes, e seguimos analisando os impactos do REDD em comunidades indígenas e extrativistas no Acre, e para além do Acre. Desnudamos, também, a mais nova roupagem do REDD: as Soluções baseadas na Natureza (SbN), promovidas em conferências do clima da ONU.

Entre artigos acadêmicos, depoimentos de militantes de base, entrevistas e cartas públicas, refletimos sobre os acontecimentos e as políticas às quais somos submetidos, e assim nos preparamos melhor para o porvir. Esperamos, com este material, dar continuidade no debate público sobre a resistência aos projetos de economia verde que tentam enganar a população brasileira e o mundo, fingindo plantar árvores ou mantê-las em pé – enquanto, na realidade, passam o trator e a boiada.





33 anos sem Chico Mendes

Dercy Teles

Apesar do terrível tempo em que vivemos, e do retrocesso que nos solapa, o legado do lutador extrativista permanece vivo

Passados 33 anos do assassinato de Chico Mendes, o que houve foi um retrocesso naquilo que se defendia para a classe trabalhadora rural, especialmente para os extrativistas. Na verdade, tudo que a gente sonhou e defendeu um dia retrocedeu.

Hoje, existe apenas uma política de enganação utilizando o nome de Chico Mendes - inclusive dizendo que o sonho dele está sendo realizado, o homem sobreviver da floresta em pé... Eu nunca vi floresta deitada, não: toda a floresta é em pé, acho uma aberração esse tipo de afirmação.

O que Chico Mendes defendia foi por água abaixo, porque ele defendia a vida na floresta com dignidade, mas com a preservação da floresta. Não adianta insistir que nós, extrativistas, moradores das florestas da Amazônia, vamos nos adequar ao plantio de cacau, de seringueira, com plantio de qualquer espécie. Isso não faz parte de nossa cultura.

A nossa cultura é extrativista: é explorar o que a natureza já tem pronto e fazer agricultura de subsistência. Foi assim que a gente nasceu, cresceu e viveu até agora.

Tudo que a gente defendia, com a chegada do PT ao governo, foi distorcido. Eles distorceram a política que nós defendíamos porque passaram a defender os interesses do grande capital, que é quem financia os candidatos que se elegem.

Nesses 33 anos, tudo o que se construiu da organização na sociedade civil foi desfeito, porque houve interferência do Estado, ofertando benesses para as principais lideranças que conduziam o movimento. E deu no que deu. A desmobilização da sociedade civil era essencial para implementar o que aí está. Com a sociedade mobilizada, seria difícil chegar no patamar que se chegou...

Na verdade, com a eleição dos membros do PT, o que aconteceu foi um grande retrocesso. Eles desconstruíram todo um processo de organização que foi construído ao longo das duas décadas de ditadura militar.

E nos 20 anos em que o PT esteve no poder no Acre, de 1998 a 2018, a primeira coisa que eles fizeram foi intervir nas organizações da sociedade civil para enfraquecer o movimento e, aí, poder fazer essas distorções.

O primeiro plano de utilização das Reservas Extrativistas, as Resex, foi construído em assembleias, com participação dos próprios moradores. Só que, através de mudanças nas leis que regem as Unidades de Conservação (SNUC), eles foram retirando a autonomia dos moradores, criando um conselho gestor da Resex que não tem autonomia e nem paridade.

Eles elaboravam normativas em Brasília, conforme os interesses do grande capital, e traziam apenas para o conselho homologar. Com a lista de presença dos conselheiros, eles poderiam dizer que os representantes dos trabalhadores estavam de acordo com essas

normativas. E assim eles foram desconstruindo o plano de utilização.

Todas essas mudanças prejudicaram a vida dessa população, que foi sendo desterritorializada, perdendo poder sobre seu território. A começar pela exploração madeireira, porque, se libero minha “colocação” para fazer exploração madeireira, a área inventariada deixa de me pertencer, e eu não tenho mais autonomia de tirar uma árvore, de fazer nada, de fazer um roçado.

Isso também vale para o REDD+, que é um conjunto de medidas que vai tirando a autonomia, até o extrativista desistir e abandonar sua moradia espontaneamente, virar delinquente nas periferias.

Eu chamo isso de uma “expulsão moderna”, que não usa mais o pistoleiro, a força policial - ao contrário: tem uma estratégia de expulsar tão sutil que as pessoas saem de livre e espontânea vontade. E quem vê eles saindo não percebe que, na verdade, estão saindo obrigados, expulsos.

Apesar de ter havido investimentos como a construção de ramais [estradas vicinais], e também de a política de habitação ter entrado na Resex - com construção de banheiros e tudo mais -, isso não garante a permanência porque não existe nenhuma alternativa de renda para que essas pessoas possam permanecer lá, vivendo dignamente.

Essas modificações foram feitas na legislação em nome da preservação ambiental, que chamam de “desenvolvimento sustentável”. De sustentabilidade não tem nada, porque o principal a ser sustentável é o ser humano, e quem garante a sustentabilidade são as pessoas.

Se essas pessoas não têm sustentabilidade, não têm renda para garantir e atender o consumismo que foi demandado com essa infraestrutura que foi colocada no setor rural, não tem como elas permanecerem lá.

A extração madeireira via Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) é, na verdade, mais uma atividade predatória que não traz benefício, e sim sacrifício, para o morador da floresta. É uma das atividades que considero das mais predatórias. Além de levar as árvores

de madeira de lei, também afugenta as caças e tira as árvores que produzem alimentos para essas caças.

A tendência, se essa atividade continuar, é a desertificação da floresta. Ou seja, o desaparecimento do ser humano porque não vai ter razão para permanecer. É uma atividade que mexe no meio ambiente como um todo.

Tem várias famílias que se decepcionaram e saíram do manejo, porém elas assinaram contrato que as obrigaram a ceder a área inventariada para a empresa que inventariou, porque ela teve um custo. Por isso, a exploração nessa área vai continuar, independente da decisão do morador em sair. A gente nunca viu esse contrato porque as empresas não deixam cópia com o morador.

Essa história do manejo comunitário dos produtos florestais é uma balela, porque não tem nada de comunitário. A única participação da comunidade é autorizar que se tire a madeira, mas na verdade a comunidade sequer acompanha. O corte é empresarial; é forte razão para que tirem madeira de várias espessuras, brancas e duras.

Por fim, vimos muitas mudanças acontecendo na vida e na cultura dos extrativistas. Com a chegada das madeiras dentro da Resex, com pessoas estranhas chegando, aumentou o alcoolismo, começou o uso de drogas e a prostituição, principalmente a exploração sexual infantil.

Com a desvalorização do extrativismo, ao ponto de não ser possível manter a família, aumentou a criação do gado como alternativa para as famílias se manterem.

Hoje em dia, tem uma migração forte aqui em Xapuri de pessoas vindas do estado vizinho de Rondônia, invadindo a Resex Chico Mendes. Essas pessoas estão desmatando alqueires e mais alqueires de terra dentro da reserva.

Elas também invadem áreas no entorno da Resex - não para morar, mas para especular. Hoje em dia, a gente vê também fazendeiros aplicando veneno para desflorestar. O que a gente vê é que o processo de destruição da floresta piorou, ainda mais com este presidente doido, o atual mandatário do Brasil.

Esse processo de desmatamento está



• Figura central do movimento popular amazônico, Dercy foi formada nas CEBs, a primeira mulher a presidir o sindicato dos trabalhadores rurais no Acre. Foto: Coletivo Uirapuru

ocorrendo numa celeridade muito maior do que a gente imagina - e o REDD aparece como se fosse um “analgésico” para que essa destruição pudesse avançar. A gente não sabe como agir diante deste cenário - e as organizações sociais, que deveriam estar agindo, não o fazem. Falta legitimidade a elas, porque no passado se aliaram ao governo e nunca fizeram uma proposta de uma política para manter a floresta e ao mesmo tempo atender as demandas das famílias extrativistas por uma vida digna - na floresta.

Dercy Teles de Carvalho é camponesa, educadora popular, sindicalista, militante e ativista política brasileira. Nasceu no município de Xapuri (AC), em 1954, numa colocação (nome dado ao lugar onde vivem e trabalham os seringueiros e suas famílias). É uma das figuras centrais no movimento dos seringueiros do Acre nos anos 1980. Lutou lado a lado com Chico Mendes e Wilson de Souza Pinheiro, tendo sido uma das primeiras mulheres a presidir um sindicato de trabalhadoras e trabalhadores rural no Brasil.

Começou sua militância durante a ditadura militar. Foi formada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde conheceu a

Teologia da Libertação. Ainda muito jovem foi eleita, em 1981, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Antecedeu Chico Mendes, eleito no final de 1982. Foi a primeira mulher a exercer esse cargo no Acre. Participou, como educadora popular, do Projeto Seringueiro nos anos 1980 e retornou à direção do Sindicato como presidente no período de 2006 a 2014, e como vice-presidente entre 2014 e 2017.

Atualmente, faz parte da direção da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Acre (Fetacre). A partir de 2006, sua gestão na direção do sindicato foi marcada pelo combate permanente às mazelas produzidas pelo capitalismo verde no Acre, e pela defesa intransigente da liberdade e autonomia sindical.

O texto aqui publicado, assinado por Dercy, origina-se em um depoimento da militante colhido em 2018 por Nazira Camely, ex-professora da UFAC e atual professora de economia da UFF. Posteriormente, Elder Andrade de Paula, professor da UFAC, foi quem transcreveu e transformou o depoimento de Dercy em artigo. Por último, para a presente edição do dossiê, a própria Dercy fez uma revisão e atualização do texto.



Entrevista: Letícia Yawanawá e Dercy Teles

Após 10 anos de REDD+ no Acre, lideranças analisam impactos sobre as mulheres indígenas e extrativistas

O programa REDD+ no estado do Acre, na Amazônia brasileira, tem sido usado como modelo para o mundo durante muitos anos por promotores do REDD+, como WWF e Banco Mundial.

Mas em todas as avaliações feitas desse programa, pouco se fala sobre os impactos que a economia verde tem causado na vida das mulheres em comunidades que dependem das florestas.

Nesta entrevista, conversamos sobre o assunto com duas das lideranças mais importantes do Acre e do Brasil na luta pela terra: a camponesa, professora e militante Dercy Teles, e a indígena Letícia Yawanawá.

Dercy é extrativista, e foi apresentada no artigo anterior deste dossiê. Letícia (cujo nome, na língua materna, é Atai Yawanawá) participa do movimento indígena desde 1996. Atualmente, é conselheira da Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul da Amazônia e Noroeste de Rondônia (SITOAKORE), entidade que ela já coordenou, por dois mandatos. Além disso, Letícia também faz parte do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas (CONAMI).

Dossiê: *Sempre foi dito que o REDD+ é um programa no qual os indígenas seriam uma das prioridades. Como você avalia estes 10 anos do REDD+ no Acre para os povos indígenas?*

Letícia: Faço uma avaliação muito negativa.

Eu fiquei quase seis anos como conselheira do SISA (Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais). Quando a coordenadora do programa REM/SISA chegava das COPs, dizia que muitos indígenas seriam beneficiados. Daí eu começava a observar quais eram os benefícios que os povos indígenas tinham.

O que me lembro, quando era coordenadora da SITOAKORE e andava muito nas terras indígenas na época, é que não vi nenhuma comunidade que tem um benefício desse programa REDD+.

Além disso, a gente ainda tem terra para ser demarcada aqui, o que nunca foi apoiado. É ainda uma luta a demarcação das terras.

Agora, o que eu via na cidade, no governo, é que eles tinham uns setores bonitos, bem equipados, com muitos técnicos vindos de outros lugares, que ganham do SISA. Mas eu não vi um índio trabalhando lá dentro, nem mulheres, nem homens. Porque não dá para dizer que os índios não têm capacidade, tem várias indígenas parentes formadas também que poderiam estar trabalhando, mas a gente via - vê, até hoje - só os técnicos.

Como conselheira do SISA no passado, eu falei que os recursos que vinham para os povos indígenas teriam que ser um recurso que tivessem um resultado, que ficasse na

aldeia, para o bem da comunidade. Entrar no escritório do SISA era muito bonito, mas nós sequer tínhamos uma estrutura de referência para os indígenas, nem para mulheres, nem para homens. Eu falava, e muitas vezes as pessoas me olhavam dizendo: “ela só vem para criticar”. Há outras parentes que vinham para uma reunião do SISA, que ganhavam diária e que não podiam falar nada, não...

Eu nunca fui bem vista pelo governo. Eles foram obrigados a chamar a gente porque nós somos uma organização de mulheres toda legalizada, que é o que eles pedem. Então não tinha como não nos convidar, porque também éramos uma organização de representatividade de três estados - do Acre inteiro, do sul do Amazonas (que é Boca do Acre), e do noroeste de Rondônia.

Enquanto o SISA se apresentava dizendo que estava trabalhando com 20, 30 associações, eu digo: mentira! Porque a maioria não existe mais. Hoje você vê outras associações e ONGs que tomavam conta desses recursos - a própria Comissão Pró-Índio (CPI), a Associação do Movimento de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre...

Dossiê: O programa REDD+ provocou uma mudança na organização dos povos, criando mais associações para que o governo pudesse distribuir recursos. Você já disse que não viu mudanças, que o dinheiro do REDD+ tampouco ajudou a demarcação das terras indígenas. Como tudo isso afetou as mulheres indígenas nas comunidades?

Letícia: Como coordenadora da organização de mulheres, eu disse que nós, mulheres indígenas, não somos abelha, não, nem formiga, para viver de cheiro. Nós vivemos de ação concreta, por mais que seja pouco. Teve uma reunião onde estavam vários países num hotel aqui muito luxuoso.

Estavam autoridades de vários países. Mas não me convidaram porque eles não queriam que eu aparecesse para falar a verdade. Mas eu cheguei nessa reunião. Esperei todo mundo

falar. Tinha muitas pessoas olhando para mim com muita preocupação, porque sabiam que eu ia falar! Ai eu pedi a palavra, porque eu era conselheira titular do REM/SISA. Estávamos quatro mulheres, eu disse: “olha mulheres, eu vou falar. Eu não costumo mentir, não costumo falar coisas que não é certo”. Falaram de vários orçamentos, de milhões e milhões. Ai eu falei: “onde estão os milhões? Nós, mulheres, onde estamos incluídas nestes milhões?” Todo mundo olhou assustado. Eu disse: “onde é que nós estamos? Nós estamos esquecidos no meio da floresta com este programa do REM, que é o mesmo programa do REDD”. A moça que é da Alemanha, Christina, ela me ouviu, ela disse: dona Letícia, eu preciso falar com você. Esperei e, quando ela saiu, ela já nem ligou mais. Ela já nem mais olhou para mim. Ai escrevi a carta para sair do conselho.

Nós mulheres não fomos incluídas. Se tiver, é o pessoal da CPI, se tiver é a nossa parente Francisca Arara, ela é representante do governo, mas não das mulheres indígenas das aldeias. Porque uma associação indígena que tem uma mulher eleita pela aldeia é uma outra coisa, que fique claro isso. Não estou esculhambando, estou falando a verdade.

As mulheres não têm participação. Se tiver mulher que vai para outro país, são aquelas representantes do governo, é outra coisa. Mas as mulheres indígenas do Acre não têm participação.

Dossiê: E como o REDD+ tem afetado as mulheres extrativistas dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes ao longo destes 10 anos, período no qual foram implementados vários projetos do REDD+ para beneficiar as famílias e as mulheres? ‘Bolsa verde’, o projeto de ‘floresta plantada’, o manejo florestal do corte seletivo de madeira...

Dercy: Em 2010, quando o governo do Acre assumiu a política do REDD+, decretou o ‘fogo zero’ e veio com a ‘bolsa verde’. Era um pagamento trimestral em compensação pelo fato de que o povo não podia mais abrir uma roça na floresta, o que é um prejuízo cultural irrecuperável, porque as mulheres, tanto as indígenas como as mulheres das populações tradicionais extrativistas, sempre trabalharam na roça. Com essa proibição a partir de 2010, deixaram de produzir. E a comida é uma das



coisas fundamentais na vida, sem comida ninguém consegue viver e ser feliz. As mulheres plantavam legumes e vendiam. Hoje as pessoas dependem de comprar comida, arroz polido que vem de outro estado, do Mato Grosso... A 'bolsa verde' é uma esmola, não sei se já aumentou o valor, mas era 100 reais [menos de 20 dólares] por mês. E neste momento, o ICMBio está distribuindo sacolões de produtos industrializados dentro da Reserva. Então, é uma coisa que afeta a vida das mulheres profundamente porque ela também deixa de passar para os filhos essa cultura, de se produzir aquilo que consome, sem agrotóxicos, de qualidade, na própria comunidade.

Em relação ao projeto de 'floresta plantada', também chamado de 'sistema agroflorestal', conversei com uma mulher que fez parte deste programa, e ela reclamou muito. Primeiro em relação ao volume de trabalho que é acrescentado na vida da família. Segundo, porque enquanto recebiam as mudas preparadas para plantar, não tinham nenhum apoio para realizar o trabalho, como uma roçadeira e combustível, isso para manter o sistema agroflorestal de acordo como eles queriam. E a família era cobrada pelo presidente da associação que estava à frente deste projeto, e visitava periodicamente para verificar se a manutenção estava dentro dos padrões do projeto. Ela disse que a vida dela se transformou num inferno.

Outro problema era que as mudas só eram oferecidas fora da época chuvosa, porque era quando tinha que plantar para as plantas se afirmarem na época seca. Por isso, a maioria das plantas não se sustentaram, porque as pessoas não tinham condições de irrigar. Concluindo: só deu certo para cinco pessoas, e essas cinco pessoas todas estavam ligadas ao governo. Ou seja, elas não botavam a mão na massa. Elas pagavam alguém para fazer o trabalho. Por isso deu certo para elas.

Sobre o 'manejo florestal', não teve nada de sustentabilidade, pelo contrário, abriu precedentes para que as próprias comunidades destruíssem a floresta. Porque, no 20 anos que o PT governou o Acre com o discurso do desenvolvimento sustentável, o governo não implementou nenhuma política que garantisse a sustentabilidade das famílias. O manejo não deixou recursos que mudassem a vida das famílias, pelo contrário, empobreceu-as. E criou um precedente para as famílias continuarem vendendo madeira; independentemente de

ter empresa fazendo manejo ou não, elas estão vendendo para os grandes criadores de gado cercar seus pastos. E a gente sabe que isso vai causar só o empobrecimento da população, especialmente as mulheres, que vão terminar nas periferias das cidades, passando necessidades, vendo as filhas que ainda têm se prostituírem, entrarem nas facções do tráfico.

Isso é um dado muito complicado, porque a gente sabe que, antes, as mulheres conseguiam criar os filhos dentro de um padrão cultural de respeito e de responsabilidade. Hoje a gente vê as meninas de 14, 15 anos, com criança no braço... Há casos de abuso sexual de crianças e adolescentes e tem famílias destruídas. Mas fica no anonimato, fica invisível, e fica por isso mesmo. Então a entrada desses agentes externos levou a uma descaracterização profunda do modo de vida, e só deixou ruína. Nada positivo.

Tem uma série de outros elementos que contribuíram para uma espécie de naturalização daquilo que está ocorrendo. Por exemplo, o celular mais moderno está dentro da Reserva, nos mais distintos recantos. A televisão também. São elementos que dispersam, impedem as pessoas de refletirem. Outro elemento que também contribui significativamente são as igrejas evangélicas. Contribuíram com este processo de dispersão das pessoas em relação à realidade e ao futuro.

Dossiê: *Uma das propostas do programa REDD+ é transformar as mulheres indígenas em microempreendedoras, criar mercados até no exterior para os artesanatos. O que você acha dessas iniciativas?*

Letícia: Eu andei em várias terras indígenas. Vi que 90% dos artesãos são as mulheres indígenas, que fazem seu artesanato e suas pinturas para uso e para comercialização. Criam uma autossustentabilidade dentro da aldeia. Tem muitas mulheres, viúvas ou, às vezes, deixadas pelo marido, que estão ali, com seus filhos. Essa mulher, ela se ajuda com seus filhos, faz seu artesanato; é com essas mulheres que a gente tinha compromisso de fazer, de ter um espaço para receber os artesanatos das mulheres, vender e devolver o dinheiro para as mulheres. Isso foi que nos falamos para eles, era o desejo das mulheres, mas isso não aconteceu.

O artesanato sempre foi para nosso uso

e ele tem um valor simbólico, e não se faz um artesanato de qualquer jeito. Você está transformando aquela miçanga num desenho que tem um significado para relembra nossas pinturas quando ainda não tínhamos contato. E, sempre quando a gente vende o artesanato, a gente faz uma cerimônia. Aquela pessoa que leva é abençoada. Tem um anel preto que os Apurinã fazem, né? Eles fazem um ritual quando a mulher está com cólica, coisa de mulher mesmo, coloca isso aí para ela não ter tanta cólica. Então todo o artesanato para nós tem um significado, um valor cultural e espiritual.

Dossiê: *O REDD+ afirma que é um mecanismo para reduzir o desmatamento, mas, depois de 10 anos de REDD no Acre, o desmatamento está aumentando, ainda mais com Bolsonaro no poder. Como isso tem afetado reservas extrativistas e terras indígenas? Quais os desafios para as mulheres lidarem com isso?*

Dercy: As mulheres das comunidades tradicionais faziam muitas atividades, inclusive o cipó. Estive recentemente num ramal e percebi que onde era só floresta e onde eu, no passado, quando era agente de saúde, andava a pé, a floresta desapareceu.

Com isso, as mulheres foram prejudicadas, porque elas faziam coisas do cipó e ganhavam dinheiro. As vassouras, os paneiros para colher milho e juntar arroz na roça. As cestas para guardar roupas usadas, outras para juntar ovos de galinha, porque ficam bem ventilados e isso facilita a durabilidade. Hoje não dá mais fazer isso, não tem mais cipó porque tudo virou pasto.

O desmatamento teve uma celeridade violenta nesse período do Bolsonaro no poder, de 2019, 2020, 2021, em função da desvalorização do extrativismo. Como o extrativismo não sustenta a demanda de consumo que foi colocada com a chegada dos ramais e a energia, as pessoas estão loteando as colocações, e na medida que elas loteiam cada um desmata um tanto de hectares, ou seja, vai se formando uma grande fazenda com muitos donos.

Porque um vende 3 hectares, outro vende 5, outro vende 6. Hoje, você sai daqui de Xapuri e você adentra a reserva extrativista de um lado para outro pelo ramal, pela estrada.

Sobre todo esse processo que veio com

o REDD+, minha perspectiva é que a gente consiga reverter esse quadro a partir de um processo educativo, junto a essas comunidades, numa linguagem acessível que as pessoas possam compreender.

Até porque as pessoas não têm como se contrapor porque os promotores do REDD+ usam uma linguagem que ninguém consegue compreender. E quando você não tem informação, você não tem argumento para se contrapor.

Nós mulheres, a gente tem que fazer um investimento no campo político mesmo. De inserir as mulheres nesse debate para que elas compreendam esse processo, porque nós somos a maioria no Brasil. Então, a gente pode fazer a diferença, a partir do momento que a gente compreender tudo que está acontecendo, a gravidade deste processo, e se posicionar politicamente.

Letícia: A gente vê isso com muita tristeza. Nossa Samaúma, segundo nossa história e nossa espiritualidade, é uma árvore muito grande no meio da floresta; por isso dizem que ela é uma mulher, ela é fruta, ela é sombra, ela é a maior de todas. Agora está pior porque a gente vê madeiras e madeiras cortadas. Madeira que cresceu por 40 ou 50 anos cortada em alguns minutos. É muito triste a gente ver isso.

A Samaúma, se ela fosse uma mulher que falasse, ela estava chorando. Ela grita quando seus filhos são levados embora. Com isso, vêm as secas, que afetam o povo das nossas terras porque nossas terras estão cercadas por pessoas que a gente nem conhece. Os animais acabam saindo daquele lugar desmatado; os igarapés - os riachos que desaguam num rio - secando, e no final os rios secando. Como mulher, indígena, a gente vê isso com muita tristeza.

Mas nós vamos continuar na nossa terra, com dinheiro ou sem dinheiro. É nossa obrigação como indígena. Com apoio vai ser melhor. E que não venha orçamento só para beneficiar os escritórios do governo na cidade, e que tenha principalmente apoio para as mulheres, as mulheres precisam.

Da “Sebraelização” às falsas soluções

Lindomar Dias Padilha

Frente à mercantilização e financeirização da natureza, não basta descolonizar. É preciso destruir o desenvolvimentismo

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada sem fins lucrativos, cujo escopo é a “capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país”, estimulando “empreendedorismo” e “competitividade”.

A “Sebraelização”, por sua vez, é um termo que tenho adotado para explicar a metodologia utilizada por agentes do mercado para atrair os povos indígenas ao processo de mercantilização e financeirização da natureza e da cultura desses povos¹.

Refletirei, no presente texto, sobre as falsas soluções apresentadas aos povos e comunidades para que sejam convencidos de que estão tendo seus usos, costumes e tradições respeitados, ao mesmo tempo em que seguem colaborando para que se evitem ou sejam amenizados os efeitos negativos decorrentes da destruição da natureza - inclusive “recebendo” por esses serviços prestados.

A tarefa não é fácil, mas é um desafio que se coloca para todos nós que imaginamos uma natureza e povos que dela dependem e com ela convivem absolutamente interligados, interconectados e interdependentes.

O ponto chave para desenvolver esse tipo de raciocínio é a interdependência, o que nos impede de falarmos em “pagamento”. Entretanto, não é de hoje que se tenta separar os povos indígenas da natureza, como ocorre com os povos de cultura ocidentalizada.

A intenção dessa separação não é outra que não a implantação do capitalismo naquilo que ele tem de pior: comercializar tudo - a natureza, enquanto matéria prima, e as pessoas, enquanto consumidoras e mão de obra.

Um elemento de compreensão e interpretação da realidade fundamental para introdução do sistema ocidental de pensamento é o tempo. Por isso, salienta-se o equívoco da divisão do tempo nos termos propostos por Terri Aquino e Marcelo Iglésias, que assim dividem os tempos indígenas:

1) o tempo das malocas, 2) o tempo das correrias, 3) o tempo do cativo, 4) o tempo dos direitos e 5) o tempo da história presente (CPIJAC, 1996, p. 28)

O que subjaz a essa forma de dividir o tempo é a ideia de que os povos indígenas estão em processo evolutivo, nos moldes do que o desenvolvimentismo considera “evolução”.

Com esse questionamento, não proponho retroceder à tese do *fixismo*, mas tão somente considerar os processos em si mesmos, sem que sejam necessariamente evolutivos, rumo a um suposto desenvolvimento, linearmente traçado e definido pelas sociedades ditas evoluídas.

Os povos originários, sim, possuem todos os elementos necessários a uma organização social, cultural e produtiva autônoma. Cada povo tem seu jeito próprio e precisa ser respeitado nisso. Cada povo sente as transformações processuais de uma forma diferente, e por isso constrói caminhos próprios,

vivendo, construindo e narrando sua própria história. Na relação com os povos indígenas, é de suma importância para o desenvolvimentismo - ou capitalismo, se preferir - adequar o evolucionismo biológico às questões socioculturais, para que esses povos deixem de ser o que são, para se “transformarem”, por meio da assimilação e da integração, em não indígenas e em apenas nacionais, brasileiros.

Há ainda um elemento muito importante a ser considerado nessa verdadeira mutação: a relação de produção e divisão do trabalho.

Quando interligados e interdependentes, natureza e povos indígenas desempenham funções, tanto no processo quanto nas relações mesmas. Assim como o tempo dos povos fora artificialmente alterado para que se adequasse ao projeto desenvolvimentista, a natureza e os povos devem deixar de desempenhar funções para prestarem “serviços” um ao outro.

A transformação das funções em serviços é um passo necessário e fundamental para que se estabeleça uma relação comercial, precificada. Se há serviços prestados, há que se ter “pagamentos” pelos mesmos. Roberto Sanchaes Resende, ao analisar o “Agroextrativismo e pagamentos por serviços socioambientais” a partir das Reservas Extrativistas da Terra do Meio, no Pará, observa:

As propostas para a criação de sistemas de pagamentos por serviços ambientais têm se proliferado nas últimas décadas, estando diretamente relacionadas com as mudanças observadas em escala planetária em processos como a regulação do clima, dos ciclos hidrológicos e a renovação de ecossistemas. Essas mudanças climáticas e ambientais têm afetado aquilo que a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) definiu como as contribuições da natureza para as pessoas, que são a base material para a reprodução física, econômica e cultural dos seres humanos. (RESENDE, 2020, p. 1).

Observemos que se estabelece não só uma separação entre ser humano e natureza, como, por meio de “serviços”, submete-se a natureza ao ser humano. A natureza mesma presta serviços aos seres humanos e, por isso, passa a figurar como se fosse contratada pelos humanos e a eles devesse prestar serviços. Vejam o que diz o Ministério do Meio Ambiente

quando para justificar a passagem das funções ambientais a serviços:

As interações entre os elementos de um ecossistema são chamadas de funções ecossistêmicas. Alguns exemplos destas funções são a transferência de energia, a ciclagem de nutrientes, a **regulação de gases, a regulação climática** e do ciclo da água. Essas funções geram serviços ecossistêmicos quando os processos naturais subjacentes a suas interações desencadeiam uma série de benefícios direta ou indiretamente **apropriáveis pelo ser humano**. (MMA, 2020)

A regulação de gases e a regulação climática, quando “apropriáveis” pelo ser humano tornam-se serviços. É como se a natureza e os povos indígenas, ligados a ela de forma indissociável, deixasse o tempo da escravidão para entrar no tempo do trabalho assalariado, ou serviços pagos.

Há uma questão clara de fundo intransponível que os mercadores da natureza omitem, entre outras: quem recebe em nome da natureza, já que esta não possui conta bancária e nem passou procuração?

Não podemos aceitar que um jogo de palavras nos confunda. Pois é justamente no jogo de palavras que reside a farsa que denunciamos há vários anos. REDD, REDD+, REM, Pagamentos por Serviços Ambientais, Soluções baseadas na Natureza... Tudo, porém, vinculado ao que chamam de “Serviços Ecossistêmicos” e “Serviços Ambientais”. Assim foi que o estado do Acre, em outubro de 2010 atribuiu a si mesmo a capacidade jurisdicional de legislar e, a partir disso, negociar diretamente tais serviços:

Cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais - ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecossistêmicos do Estado do Acre e dá outras providências (Acre, Lei 2.308).

Com a criação do sistema, esperava-se uma adesão quase que automática. Porém, havia uma imensa barreira a ser superada: os territórios indígenas, como local de maior biodiversidade, consequentemente se tornam lugar de amplos Serviços Ecossistêmicos, onde se constata que a lógica indígena não obedece



• Os impactos e desigualdades das políticas de compensação são plenamente visíveis. Na foto, indígenas do povo Madjá do Rio Envira, município de Feijó, Acre.. Foto: Lindomar Padilha/Cimi

e, muitas vezes, não se enquadra na lógica mercadológica do capital. Isso exigiu um esforço a mais para fazer com que os povos indígenas fossem considerados parte do processo de geração de capital e desses serviços.

Tanto as alterações propostas na lógica temporal quanto as alterações legais, finalmente se encontram em seu verdadeiro objetivo: adequar os povos às necessidades do desenvolvimentismo e finalmente disponibilizar ao mercado externo esses povos, seus territórios e o que neles existe.

Agora não chegam as caravelas com portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e outros do norte desenvolvido. Chegam empresas transnacionais do norte, trazendo a tiracolo os governos de seus países, com propostas “ecologicamente corretas” e carregando em seu bojo a subordinação ainda maior dos povos do sul. **A terra, lastro do capital natural, está sendo comercializada em bolsas de valores. Tal sanha também se estende aos outros elementos da natureza, como o ar,** a biodiversidade, a cultura, o carbono - patrimônios da humanidade. (CIMI, 2012²).

Dessa forma, os interesses presentes nas falsas soluções são o de mercantilizar e financeirizar a natureza - incluindo o ar e as culturas. Não é com outra intenção que se fez a divisão dos tempos a gosto do freguês: criou-

se a lei 2.308 no Acre e deu-se sequência ao avanço sobre os territórios com o acordo entre o Acre, a Califórnia (Estados Unidos) e Chiapas (México)³. O acordo do chamado REM (*REDD Early Movers*)⁴, ou REDD para pioneiros, junto ao Banco de Desenvolvimento da Alemanha, KfW⁵, foi o meio pelo qual os projetos de REDD finalmente chegaram aos territórios dos povos originários, sob os auspícios do governo do Acre por meio do REDD jurisdicional.

As novas caravelas ancoraram no Acre. Agora já não basta saquear madeiras, ouro ou outras drogas do sertão. Querem o ar, mentes, corações e culturas dos povos. Nesse processo, merece destaque o acesso às culturas por meio do suposto engajamento também das mulheres indígenas. O governo do Acre apresentou projeto para práticas empreendedoras voltadas às indígenas à ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) Damares Alves⁶.

A argumentação de que pessoas - e não comunidades e povos - sejam empreendedoras, nasce no governo do Acre em tempos idos, mas cai como uma luva para os propósitos dos atuais governos federal e estadual: integrar os povos originários e entregar seus territórios à iniciativa privada, completando o chamado “golpe verde” baseado nessas falsas soluções.

O avanço da mercantilização sobre as

culturas e espiritualidades indígenas tem sido sistematicamente festejado pelo governo do estado, como na manifestação da secretária de Turismo e Lazer, Rachel Moreira que, em 2018, celebrou o aumento do número festivais indígenas: em 2013, eram apenas três, em todo o estado do Acre; em 2017, eram 27, e em 2018, eram 43 festivais.

Diversos problemas afloram quando analisamos o crescimento dos tais festivais culturais, sendo um dos mais graves o acesso de turistas nacionais e principalmente estrangeiros às culturas, espiritualidades e às chamadas “medicinas tradicionais”, possibilitando e viabilizando a comercialização desses saberes e até mesmo o tráfico ilegal de substâncias e plantas.

A valorização das culturas deve sim ser promovida, mas deve, antes, atender aos interesses da própria comunidade. Revigorar a cultura é ato interno de cada povo, e a este deve servir.

Quando a cultura e espiritualidade passam a ser objetos a serem comercializados, podem vir a ser considerados apenas folclores, se afastando cada vez mais da sacralidade - isso se chama “profanar” a natureza e o sagrado que ela representa para os povos originários. Não são os povos que se autoviolam, mas os mercadores que lucram. Ao final e ao cabo, espera-se transformar o indígena em apenas uma pessoa desvinculada de seu povo e sua história, prometendo-lhe riquezas que nunca virão - e, se vier algo, nunca será suficiente.

É óbvio que os povos indígenas têm o direito de se autodeterminarem e, para tanto, devem ter total liberdade de escolha daquilo que julgarem bom ou não para eles. Porém, o que questionamos aqui não é esse direito, mas sim denunciar o assédio sobre esses povos e comunidades.

São diversas as formas de assédio sofridas por esses povos. São assediados por igrejas, partidos políticos e um sem número de ideologias financiadas pelo capital sedento por seguir com a espoliação, seja fisicamente dos territórios, seja mentalmente com propostas supostamente boas, porém, falsas, e cujo interesse é apenas o de converter os povos em

novos consumidores dos desejos do capitalismo desenvolvimentista.

Talvez a maior contribuição dos povos indígenas para a humanidade em geral seja justamente não se inserir cegamente no mercado e isto está gravemente ameaçado com o modelo defendido pelo governo do Acre, expresso claramente na inconstitucional lei 2.308/2010. (PADILHA, 2012, p. 30).

Há vinte anos já tínhamos a certeza de que o ataque aos territórios, povos e culturas fazia parte de um processo macabro desencadeado pelos donos do mundo e mercadores da natureza que enxergavam, na natureza e nos territórios, fonte primitiva para seguir alimentando seus lucros inescrupulosos.

Há 10 anos, na Rio + 20, com o **Dossiê Acre**, decidimos por denunciar ao mundo a farsa das falsas soluções e o saque. Hoje, seguimos pesquisando, denunciando e lutando contra os projetos de exício daqueles que se deleitam e se alimentam com a destruição. Tais projetos se apresentam como “solução”, quando são exatamente o oposto. Essa trajetória de se alimentar com a destruição, segue com o capitalismo e persegue os povos originários.

Todos os estudos indicam a presença de petróleo nesta região e nós estamos muito otimistas. **Isso é um novo tempo na economia** do Acre, muitos empregos podem ser gerados. Vejam que apenas na fase inicial dos estudos a empresa de sísmica instalada em Cruzeiro do Sul tinha 700 trabalhadores contratados. E o que precisa ser destacado é que o retorno dos investimentos pode começar em seis meses após a perfuração. (...) Há um enorme potencial também para os pequenos e médios empresários participarem da **atividade econômica do gás e do petróleo e em nada isso compromete o nosso respeito ao meio ambiente.** (NOTÍCIAS DO ACRE, 2013).

A fala acima é do então governador do Acre, Tião Viana (PT). É importante notarmos que, como justificativa para tamanho entusiasmo com a exploração de petróleo, ela é apresentada como remissão econômica para o estado do Acre e, cinicamente, diz que as atividades não comprometerão “o nosso respeito ao meio ambiente”.

O cinismo é um dos lados de uma mesma moeda: os mesmos que se declaram defensores dos povos indígenas e do meio

ambiente defendem igualmente a manutenção do modelo colonialista, desenvolvimentista e economicista em que o lucro é o “deus”, o sagrado.

De 1500 até hoje, o modelo baseado no saque dos territórios segue rigorosamente o mesmo. A verdadeira alternativa só pode ser baseada na decolonialidade. Temos que ter a coragem de propor uma ruptura com o sistema, e os povos indígenas são exatamente quem têm proposto historicamente essa ruptura.

Por isso mesmo, na visão dos proponentes das falsas soluções, esses povos são os que devem morrer enquanto povos autônomos, devendo aceitar a submissão ao capital desenvolvimentista.

Os ataques aos povos e seus territórios nunca cessa, mas obedece a alguns ciclos e, de tempos em tempos, se manifestam de maneira mais agressiva, em nome de um suposto progresso, assim foi com as BRs 364 e 317, com a exploração de petróleo e gás de xisto, com a mineração na região do Juruá e, agora, mais recentemente, com o retorno do debate sobre a estrada ligando Cruzeiro do Sul, no Acre, a Pucallpa, no Peru. A estrada se apresenta como desenvolvimento, mas é no fundo mais uma forma de se adentrar nos territórios e prosseguir o saque.

É bom lembrarmos que estes não são projetos isolados, estão em profunda articulação entre si e com o capital internacional por meio de arranjos como Calha Norte, Avança Brasil, IRRSA (Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul), PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e por aí vai.

O desenvolvimentismo acena aos povos com promessas falsas de futuro próspero, e ao mesmo tempo acena, também de forma falsa, com a promessa de um ambiente saudável. Chamam a isso, entre outros nomes, de “desenvolvimento sustentável”. Nesse arranjo falso e de farsas, indígenas, indigenistas e ambientalistas são assediados. O pior é que muitos aceitam o assédio e tentam seguir sobrevivendo com o dinheiro sujo que o assediador lhes oferece, comprando-lhes assim o silêncio.

As denúncias que estão sendo apresentadas não são meras expressões da vontade de alguns, mas resultado de investigações,

pesquisas e escutas das comunidades. Em 2015, a a Plataforma DHESCA realizou uma importante missão, que gerou o relatório “Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no estado do Acre”.

Na investigação, denunciam-se as violações de direitos decorrentes dessas falsas soluções, assinalando que servem de “cortina de fumaça” para que o capital avance sobre os territórios.

Bem medida e bem pesada, a solução está nos - e só virá dos - povos originários e comunidades tradicionais. Nas caravelas antigas e atuais não cabem as soluções, porque elas existem justamente para nos convencer de que não há solução sem eles (e o que eles trazem) - ou seja, o capitalismo mesmo.

Eu diria mais: não basta descolonizar, questionando o capitalismo: temos que destruir o desenvolvimentismo, seja de direita ou de esquerda. Falamos a partir da nossa militância, da experiência dos e com os povos, mas também a partir de pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com a verdade e com a vida. Temos que seguir aprendendo com os povos da gratuidade!

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Funções dos Ecossistemas. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/ecossistemas-1/conservacao-1/servicos-ecossistemicos/funcoes-dos-ecossistemas>. Acessado em 27/09/2021.

CIMI, Dossiê Acre: O Acre que os mercadores da natureza escondem. 2012.

Comissão Pró-Índio do Acre, História Indígena CPIJAC. 1996. Disponível em: <https://cpiacre.org.br/publicacao-acervo/historia-indigena/>

DHESCA. Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: Violações de Direitos no Estado do Acre. Rio Branco, 2015

NOTÍCIAS DO ACRE. Festivais indígenas celebram cultura e espiritualidade dos povos do Acre. Publicado em 28/07/2018. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/festivais-indigenas-celebram-cultura-e-espiritualidade-dos-povos-do-acre/>

_____. Exploração de petróleo no Acre é viável, defende especialista. Publicado em 13/09/2013. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/exploracao-de-petroleo-no-acre-e-viavel-defende-especialista/>

Rezende, Roberto Sanches. «Agroextrativismo e pagamentos por serviços socioambientais: reflexões a partir das Reservas Extrativistas da Terra do Meio (PA)», Anuário Antropológico [Online], v.45 n.1 | 2020

Notas

1 Dando sequência às observações do meu texto anterior - “A Sebraelização do Indigenismo na Amazônia Ocidental como estratégia para a mercantilização e a financeirização” – Revista Trinta Anos Pós Assassinato de Chico Mendes e Destruição Oculta de Florestas e Vidas No Acre, Rio Branco, Dez. 2018. Acesse em: <https://pt.scribd.com/document/404309042/Trinta-anos-pos-assassinato-de-Chico-Mendes-e-destruicao-oculta-de-florestas-e-vidas-no-Acre-Rio-Branco-dez-2018-pdf>

2 “A Sanha do Capitalismo Verde: REDD e as artimanhas contra os povos indígenas”, Cimi.

3 Em 17/11/2010, os governadores Binho Marques, do Acre e Arnold Schwarzenegger, da Califórnia, assinaram um memorando que definiria as regras para a comercialização de crédito de carbono entre Acre, Califórnia (EUA) e Chiapas (México). Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/acre-e-califnia-querem-falar-a-mesma-lingua-quando-o-assunto-crdito-de-carbono/>

4 Segundo o Instituto de Mudanças Climáticas do Acre, IMC, a finalidade do Programa REM é apoiar com “financiamento ponte” implementadores de programas jurisdicionais de REDD+ para fortalecer sua autonomia e sustentabilidade. Nomeado mundialmente como – REDD +, de acordo com as decisões sob o marco da Organização das Nações Unidas Mudança Climática (UNFCCC). O fomento é realizado por meio de remuneração baseada nos resultados adequadamente documentados e verificados de redução de emissões por desmatamento. A finalidade, portanto, do Programa REM é apoiar com “financiamento ponte” implementadores de programas nacionais e subnacionais de REDD+. Disponível em: <http://imc.ac.gov.br/programa-para-pioneiros-em-redd-rem/>

5 Fundado em 1948 como uma instituição pública, o KfW pertence hoje à República Federal da Alemanha (80%) e aos estados federados (20%). O KfW é um dos maiores bancos alemães e capta os recursos para suas atividades de fomento quase exclusivamente nos mercados de capitais internacionais.

6 O projeto foi elaborado em parceria com o Gabinete da Primeira Dama, da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA), Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para Mulheres (Seasdhm) e prevê a realização de oficinas, capacitações para práticas empreendedoras como a criação de uma grife de roupas indígenas. A proposta final é lançar os produtos para venda em loja virtual.

SbN: arma milagrosa ou “solução final”?

Michael F. Schmidlehner

Sai REDD, entram as Soluções baseadas na Natureza - e se agrava ainda mais o antagonismo entre capital e natureza

“Ações para proteger, administrar de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais ou modificados, que enfrentem os desafios da sociedade de forma eficaz e adaptável, proporcionando simultaneamente bem-estar humano e benefícios para a biodiversidade”¹. Esta é a definição do termo “Soluções baseadas na Natureza” (SbN - ou NbS, em inglês), estabelecida em 2016, pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

Desde então, a ONG internacional vem destacando esse conceito, supostamente novo, como elemento chave de seus programas. Mas quais seriam concretamente estas ações, às quais tal definição se refere, de forma bastante genérica?

Menciona-se preservação, gestão melhorada e restauração de ecossistemas, além de ações para economia de energia, melhoramento tecnológico, desenvolvimento de energias renováveis, transporte público, reciclagem circular etc.

Enfim, tratar-se-ia de “ações positivas, ‘sem arrependimento’, pois trazem benefícios combinados em nível ambiental, econômico e social”.

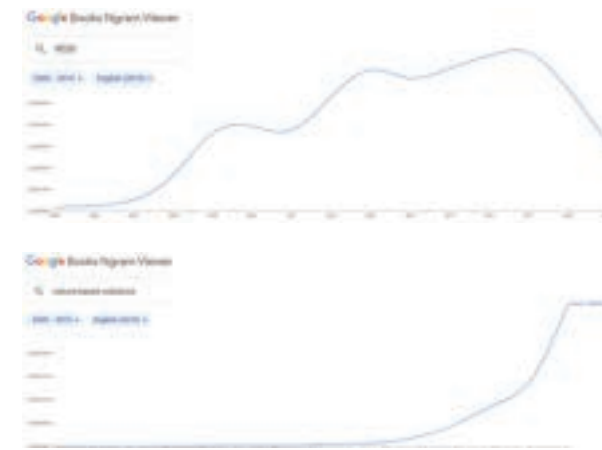
Propagado como solução combinada tanto para biodiversidade quanto para o clima, o conceito de SbN foi rapidamente adotado por outras grandes ONGs preservacionistas. The Nature Conservancy (TNC), a maior dessas organizações, fala de “soluções naturais para o clima” e da “solução esquecida para o clima”². As SbN - e a ideia de uma suposta

nova política climática e ambiental baseada na “redescoberta da natureza” - tomaram impulso, nos últimos anos, no contexto das conferências quadro da ONU sobre mudanças climáticas (CQNUMC, ou UFNCCC na sigla em inglês) e biodiversidade (CBD).

Vendo as brochuras lustrosas e websites dessas organizações – com enfáticos depoimentos dos proponentes de SbN -, a cidadã e o cidadão comuns têm a impressão de que uma fundamental mudança de pensamento estaria em curso. Ou de que se iniciaria uma nova era no lidar com a crise ecológica, quando, finalmente organizações da sociedade civil, governos e até empresas estariam cedendo às exigências da natureza, aprendendo e fazendo as pazes com ela. Seria maravilhoso, não?

Entretanto, para o leitor mais crítico, levantam-se suspeitas frente a tanta positividade e entusiasmo. Eufemismo, como disse o historiador Paul Johnson, geralmente é um dispositivo humano para ocultar os horrores da realidade.

Contudo, quem acompanhou publicações dessas mesmas organizações dos anos anteriores à “descoberta” de SbN percebe que uma certa expressão não aparece sequer uma única vez nos textos acima mencionados. Trata-se da sigla REDD ou REDD+, que significa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, e que havia desempenhado um papel decisivo nos programas anteriores das ONGs de proteção ambiental. Como se explica o súbito desaparecimento da sigla REDD no discurso emergente das SbN?



• O Google Ngram Viewer permite visualizar a ascensão e o declínio da expressão “REDD” (gráfico superior) e a ascensão do SbN (inferior) em publicações entre 2005 e 2019

Oferecemos, aqui, uma explicação para a brusca ascensão do conceito SbN nos últimos cinco anos e o concomitante silenciamento sobre REDD no discurso dominante sobre clima e biodiversidade.

Na primeira parte, mostraremos quais são de fato os principais programas e projetos que estão sendo promovidos sob a sigla SbN, como eles se relacionam com REDD, quem são os proponentes de SbN e quais são seus interesses.

Na segunda parte, procuraremos evidenciar que a mudança do discurso de REDD para SBN vai além de apenas mais uma astúcia dos ambientalistas de mercado com a intenção de promover e disfarçar seus interesses particulares. Argumentaremos que o discurso de SbN sinaliza uma *totalitarização* da ideologia capitalista, e um agravamento do antagonismo entre capital e natureza.

A fórmula mágica das “Soluções Naturais para o Clima” e os horrores da realidade ocultada por ela

“Ao trabalharmos com a natureza, temos o potencial de reduzir as emissões em mais de um terço do que é necessário até 2030”³. Afirmarões como essa, que circulam atualmente em debates da ONU sobre o clima e fazem SbN parecer uma bala de prata, têm sua origem em um único estudo, publicado em outubro de 2017, sob o título “Soluções Naturais para o Clima”⁴. Nele, os autores, em grande parte funcionários da TNC, afirmam que, para alcançar a meta de manter o aquecimento global abaixo de 2°C, devem ser aproveitadas três principais “oportunidades de percurso

natural”: reflorestamento, conversão florestal evitada e manejo natural de florestas.

O estudo prevê o reflorestamento de nada menos que 678 milhões de hectares, que corresponde aproximadamente ao tamanho do Brasil ou da Austrália. Chris Lang, da plataforma-web REDD-Monitor, e Simon Counsell, ex-diretor da Rainforest Foundation do Reino Unido, realizaram detalhada análise do referido estudo, e mostraram que esse empreendimento, na prática é inviável. A tentativa de sua implementação na escala e no tempo previstos teria consequências desastrosas em termos de conflitos fundiários⁵.

Os autores do estudo original não informam onde tal reflorestamento deve ocorrer, mas o maior potencial para isso, advinham Lang e Counsell, obviamente deve ser encontrado nos países do Sul, com grande parte no Brasil. Reflorestamento de pastagens nesta escala, apesar de ser algo irrealizável na atual conjuntura política, exigiria ainda uma radical redução do consumo de carne por grande parte da humanidade – e não apenas naqueles países historicamente consumidores das *agrocommodities* desde os tempos coloniais, mas também em países como China e Índia, onde o consumo continua aumentando.

Absolutamente inexecutável em termos práticos, o “percurso natural” do reflorestamento garantiria, segundo os cálculos do estudo, mais de 50% das reduções planejadas até 2030.

Apontando inúmeras outras inconsistências nesse estudo-base de SbN, Lang e Counsell concluem que se trata de “uma combinação de números puramente teóricos, desrespeito pela realidade política e histórica, suposições totalmente implausíveis, pensamento mágico e omissão completa de fatores-chave, tais como questões de equidade”.

Será que os autores da pesquisa eram mesmo tão ingênuos? Certamente não é o caso. O interesse das grandes ONGs ambientalistas como a TNC, em última análise, não consiste em elaborar programas que fossem exequíveis e que efetivamente evitassem ou mitigassem o colapso climático. Essas organizações, que hoje se assemelham muito mais a empresas multinacionais do que intervenientes da

sociedade civil, precisam antes de tudo criar a aparência de uma solução “propositiva”, ou “ousada”, alinhada aos interesses econômicos de seus financiadores.

Quem são então os financiadores dos projetos implementados sob o rótulo SbN e quais são seus interesses? A TNC nomeia 33 corporações com as quais mantém parceria para “investir na natureza”. Entre elas, encontramos nomes de grande parte das maiores corporações do mundo: Shell, Amazon, Coca Cola, Nestlé, Cargill, Syngenta, BHP Billiton, Bank of America, American Express, entre outros. As parcerias de outras grandes ONGs, como a da UICN, a Conservation International (CI) ou WWF, por exemplo, seguem um padrão semelhante.



Caso Shell: créditos de carbono e as ilusões do REDD no centro das SbN

A fim de entender o jogo de interesses por trás das ligações entre ambientalismo e o grande capital, cabe examinar, como um exemplo, o caso da companhia petrolífera Shell. Tendo emitido 31,95 bilhões de toneladas de CO₂ entre 1965 e 2019⁶, e com isso estando entre os maiores vilões do clima na história da humanidade, a multinacional sediada na Holanda hoje faz esforços para salvar sua imagem pública, e convencer a sociedade da sua ambição em reduzir seu impacto climático.

Mantendo parceria com a UICN desde 2000, e com a TNC desde 2009, a Shell anunciou, em 2019, o investimento de 300 milhões de dólares em SbN, e desde então tem sido um dos principais protagonistas na divulgação do conceito. Esse singelo investimento – diante do faturamento de 23,9 bilhões da empresa em 2018⁷ –, junto à declaração da intenção da empresa de querer atingir “emissões líquidas

zero” por meio de SbN até 2050, contudo, não foram suficientes para evitar uma condenação na Justiça holandesa, em 2021. Um tribunal civil daquele país decidiu que, até 2030, a Shell precisará reduzir suas emissões líquidas de CO₂ em 45%, em comparação com os níveis de 2019⁸.

A maioria das notícias que comemoraram o momento histórico de condenação judicial de um grande poluidor, omitiram o adjetivo “líquidas”, que antecede a palavra “emissões”. Entretanto, existe uma grande diferença entre “reduzir emissões” e “reduzir emissões líquidas”, e essa diferença é crucial para as medidas que a Shell e outros mega-poluidores (que, esperamos, também sejam juridicamente responsabilizados no futuro) vão tomar ou deixar de tomar para legalizar sua situação.

Redução de emissões líquidas (em inglês, “net-emissions”) inclui a possibilidade de, ao invés de efetivamente um poluidor reduzir as emissões causadas por ele próprio, “compensar” parte das mesmas. Tais compensações se dão através da aquisição de certificados de carbono, oriundos de projetos que removem gases de efeito estufa da atmosfera, ou supostamente evitam sua emissão. Assim se explica o interesse por trás das SbN: proporcionar créditos de carbono baratos, que permitam a máxima exploração de petróleo e gás dentro dos limites legais. Diferentemente de suas ONGs parceiras, a Shell revela claramente o verdadeiro propósito dos projetos SbN: “Créditos de carbono estão no centro das soluções baseadas na natureza da Shell”.

A leitura crítica sobre os projetos SbN da Shell confirma a mesma suspeita que já surgira nas análises sobre a proposta da TNC: as duas “oportunidades de percurso natural” – conversão florestal evitada e manejo natural de florestas –, não são, na verdade, nada além do antigo REDD. A análise de Counsell e Lang conclui que

‘Soluções Climáticas Naturais’ é, em grande parte, um novo nome para aquilo que tem sido conhecido nos últimos dez anos como ‘Redução das Emissões do Desmatamento e Degradação florestal, ou ‘REDD’. [...] Cerca de três quartos do potencial de mitigação reivindicado para o que é agora chamado de ‘soluções climáticas naturais’ seria na verdade sob a forma de árvores e florestas, assim essencialmente o mesmo que REDD+.

Os dois principais projetos para geração de créditos de carbono da Shell estão localizados no Peru e na Indonésia. Neles se exemplificam todas as principais falhas e os impactos desastrosos do mecanismo REDD que, desde muito tempo, vêm sendo apontados, e que fizeram com que o conceito acabasse por cair em descrédito.

No Peru, a comunidade Quichua de Puerto Franco está atualmente processando os promotores do projeto REDD+ no Parque Nacional da Cordilheira Azul, do qual a Shell compra créditos⁹. As acusações por parte dos indígenas vão desde a inexistência de uma consulta sobre o projeto, o impedimento do reconhecimento de suas terras, até exclusão e criminalização do seu uso tradicional da terra em função dele¹⁰. E este já foi, desde o início, o “elefante na sala” nas discussões sobre REDD: na lógica das “emissões evitadas”, qualquer interferência com o “serviço ecossistêmico” (no caso de REDD, o serviço de sequestro de carbono) por seres humanos – através da agricultura de subsistência, uso de madeira para casas ou canoas – deveria ser evitada. Ou seja, seria melhor que os povos e comunidades que tradicionalmente convivem com a floresta não vivessem nela, para que a floresta melhor pudesse então “fazer seu serviço” de gerar créditos para quem polui, de forma mais eficiente.

O projeto Katingan Mentaya, na Indonésia, que vende créditos de carbono a várias grandes empresas além da Shell – incluindo Volkswagen e British Airways –, alega evitar, através da conservação de florestas turfosas, “a liberação de gases de efeito estufa equivalentes a 447.110.760 toneladas de dióxido de carbono ao longo de 60 anos”¹¹. Isso faria dele o maior projeto mundial de emissões de carbono florestal evitadas, com um impacto climático total equivalente às emissões anuais da França.

Uma análise sobre este projeto, feito pelo Greenpeace em outubro 2020, revela as falhas e os paradoxos mais típicos dos projetos de REDD¹². Trata-se, principalmente, de problemas referentes a três aspectos técnicos, que no jargão conservacionista são chamados de *adicionalidade*, *vazamento* e *permanência*.

Adicionalidade significa que o promotor do projeto deve “comprovar”, num cenário sem seu projeto de REDD, quantas toneladas de carbono seriam teoricamente emitidas por meio de desflorestamento e degradação florestal. A

diferença entre esse cenário hipotético, sem projeto, e o cenário real, com projeto, permite então calcular a quantidade das emissões “adicionalmente” evitadas pelo projeto, e determinar a quantidade de créditos que podem ser vendidos. Obviamente, o interesse do promotor é então de tornar esse cenário hipotético o tão negativo quanto possível, e isso é detectado pelo Greenpeace no projeto Katingan Mentaya. A entidade conclui que “é altamente provável que a floresta teria armazenado quantidades comparáveis de CO₂, mesmo sem o projeto”.

O chamado *vazamento* consiste no simples fato de que, geralmente, a proibição de desmatamento em uma área implica o aumento de desmatamento em áreas próximas. Ou seja, como consta no relatório do Greenpeace sobre o projeto Katingan Mentaya, “a destruição da cobertura florestal, que pode ter sido evitada na área do projeto, está ocorrendo em outro lugar.”

A permanência diz respeito à promessa do vendedor dos créditos: o carbono permaneceria estocado nas florestas do projeto durante a duração do projeto. No caso de Katingan Mentaya, por 60 anos. Entretanto, sempre há circunstâncias que não são previsíveis, e ainda menos controláveis pelo promotor do projeto. No caso do projeto em questão, já houve, em anos recentes, incêndios florestais e desflorestamentos no entorno, além de desflorestamentos ilegais dentro da área, impactando o ecossistema.

As diversas manobras de “faz de conta” encontradas nesse projeto são características gerais de todos os projetos de REDD, e fizeram um número crescente de organizações – principalmente aquelas que não aceitam dinheiro de corporações, como o Greenpeace – hoje rejeite esse mecanismo, considerando-o como uma grande farsa. O relatório da entidade, aliás, resume a ilusão: “enquanto os compradores dos créditos de carbono continuarem a liberar CO₂ na atmosfera – o que afetará nosso clima por cerca de 100 anos –, está longe de ser certo se a floresta ainda estará de pé em 20 ou 50 anos.”

Entretanto, informações como as do relatório da Greenpeace ou da associação peruana da comunidade Quichua dificilmente chegam ao consumidor final. A empresa reforça o engodo através de campanhas publicitárias que asseguram que, abastecendo em postos de gasolina Shell, os consumidores estarão

dirigindo um carro “neutro em carbono”, graças aos projetos SbN da companhia.

O paradoxo da “responsabilidade social corporativa” e o mito do “engajamento do setor privado”

A Shell, como qualquer outra sociedade anônima, foi criada para proporcionar o máximo de lucro possível para seus acionistas. Ela sempre escolherá atender ou contornar exigências legais com o melhor custo-benefício possível. Seria uma grande ingenuidade imputar a ela (ou a qualquer outra corporação) qualquer compromisso com meio ambiente ou questões climáticas. Em seu livro “The Corporation”, Joel Bakan¹³ resume por que esse tipo de promessas de representantes corporativos são, necessariamente, falsas:

“a lei proíbe qualquer motivação para suas ações, seja para ajudar os trabalhadores, melhorar o meio ambiente ou ajudar os consumidores a economizar dinheiro. Eles podem fazer essas coisas com seu próprio dinheiro, como cidadãos particulares. Como funcionários corporativos, porém, administradores do dinheiro de outras pessoas, eles não têm autoridade legal para perseguir tais objetivos como fins em si mesmos – apenas como meio de servir aos interesses das corporações, o que geralmente significa maximizar a riqueza de seus acionistas. A responsabilidade social corporativa é, portanto, ilegal – pelo menos quando é genuína.”

Não obstante, sob crescente pressão dos lobbies, os acordos da ONU sobre clima e biodiversidade apostam cada vez mais no “engajamento do setor privado”. Em outras palavras, estão entregando o destino de nosso planeta à lógica corporativa de maximização do lucro.

Nesse sentido, as soluções “compatíveis com o mercado” promovidas no âmbito da ONU - como REDD ou SbN - chegam a ser piores do que nada, já que, além de dar livre curso à destruição acelerada realizada pela ganância corporativa, impedem a clara percepção do problema por parte da sociedade.

Ofuscam suas causas reais e, ao contrário das palavras escritas no outdoor da Shell onde se lê “faça a mudança acontecer” (“make the

change”, no original) – , políticas de SbN e REDD retardam ou impossibilitam a mudança sistêmica radical que é necessária, ofuscando as causas reais das contradições que nos assolam.

A horrorosa realidade que eufemismos e lavagem verde (“*greenwash*”) procuram encobrir, mas que inevitavelmente nos alcança, é esta: depois de quase trinta anos de existência dos acordos sobre clima e biodiversidade, com o colapso climático se iniciando, o negócio com combustíveis fósseis está cada vez mais em alta. Desde a adoção do Acordo de Paris em 2015, os bancos globais forneceram 2,7 trilhões de dólares em financiamento às empresas de combustíveis fósseis, com o montante anual aumentando a cada ano desde 2016¹⁴.

A totalização da lógica do capital e os mitos de “armas milagrosas”

Counsell e Lang sugerem que o estudo “científico” sobre “soluções naturais para o clima” nada mais é do que pensamento mágico e fantasia. A troca da sigla desacreditada do REDD pelo eufemístico SbN é mera esperteza propagandista. Isso não é dizer pouco? A audácia e a ferocidade com as quais, nos últimos anos, corporações poluidoras e ONGs do verniz ecológico ofuscam e distorcem a realidade apontam para algo ainda mais



• Outdoor da Shell em Londres: “Faça a mudança, dirija neutro em carbono”. Membros de Shell estão (...) ajudando proteger e replantar florestas. Junte-se a eles hoje!”

fundamental.

Para deixar isso mais claro, é preciso destacar algumas etapas da percepção social da crise ecológica, desde a década de 1970. Nessa década, na qual a “crise energética” entrou pela primeira vez na pauta da sociedade industrial, duas publicações merecem destaque neste contexto. A primeira é o estudo científico de Nicholas Georgescu-Roegen, intitulado “A lei da entropia e o processo econômico”¹⁵. Nessa obra, o físico romeno, aplicando a teoria da termodinâmica, comprovou que todos os recursos naturais são irreversivelmente degradados quando colocados em uso na atividade econômica, e que as economias da sociedade moderna industrializada, pautadas no crescimento, aceleram esse processo dramaticamente. Georgescu-Roegen concluiu que, para evitar o colapso econômico e ecológico, um decrescimento econômico seria necessário.

Um ano depois, o relatório “Os limites do crescimento”¹⁶ - resultado de um estudo encomendado pelo Clube de Roma - prognosticou por meio de simulações computadorizadas que, sem mudanças substanciais no consumo de recursos, um declínio repentino e incontrolável tanto na população quanto na capacidade industrial seria inevitável. Os dois estudos imediatamente encontraram resistência por parte de economistas e empreendedores; contudo, a contradição fundamental entre crescimento econômico infinito e recursos naturais finitos ficou explicitada, a partir daquele momento.

Nas duas décadas seguintes, marcadas pela gradativa consolidação do neoliberalismo, os governos tiveram que apresentar planos para lidar com as crises ambiental e climática, que àquela altura não podiam mais ser ignoradas. O conceito do “desenvolvimento sustentável”, que acabou norteando as convenções criadas na ECO-92, baseou-se na suposição de que crescimento econômico e preservação de meio ambiente e clima, em princípio, poderiam ser conciliados,

“se as nações industrializadas continuarem a orientar seu crescimento para atividades que consumam menos energia e matérias-primas, e a usar de modo cada vez mais eficiente estas últimas”¹⁷.

Nessa concepção, a oposição entre crescimento e preservação foi timidamente reconhecida, mas a possibilidade de um “meio

termo” que pudesse reconciliá-los foi afirmada.

No novo milênio, o capitalismo financeiro dominou a economia mundial, e a conduziu à crise de 2008. Desde então, o capital encontra na acelerada financeirização de bens comuns, como a água, e de serviços públicos, como a educação e a saúde, as novas bases para sua acumulação. E a financeirização da natureza – isto é, sua redefinição como “capital natural”, que já havia sido proposta pelos economistas Herman Daly e Robert Costanza¹⁸ na década de 1990 -, agora se oferece como solução para o iminente colapso da economia.

Processos ecológicos como sequestro de carbono, conservação de biodiversidade e das águas, entre outros, agora redefinidos como serviços ecossistêmicos, são oferecidos como rentáveis ativos econômicos, na medida em que se tornam escassos ou ameaçados. Ou seja, a crise se torna oportunidade de negócio.

A assim reinventada, virtualizada e capitalizada natureza não se opõe mais ao crescimento. Ao contrário, ela necessita de valoração econômica e de investimentos para ser “salva”. Essa lógica começou a se tornar dominante principalmente a partir de 2012, durante a Rio+20, quando a Economia Verde foi propagada e os principais representantes do setor financeiro lançaram a Declaração do Capital Natural¹⁹.

Foi a partir desse momento que o discurso das “soluções” e das situações “win-win” (ganha-ganha) começou a ofuscar cada vez mais o debate sobre a necessidade de redução de atividades nocivas ao meio ambiente e ao clima. É nesse contexto que se inserem as SbN.

Diante do aumento das emissões, da corrida desenfreada pelo crescimento econômico e das consequências cada vez mais desastrosas da mudança climática, não podemos diminuir essas construções discursivas como apenas mais um astuto eufemismo, ou mais um truque de marketing. Trata-se de delírios mortíferos, e da total perda da realidade, posto que a totalização da lógica do capital sobre a natureza e o imperativo absoluto do crescimento econômico levaram a uma negação direta tanto da realidade quanto da necessidade urgente e imediata de reduzir emissões radicalmente e deixar combustíveis fósseis no solo.

Não é exagero comparar esta guerra delirante que o capitalismo trava contra a vida na terra (e que

só pode ser perdida), com a guerra dos nazistas pelo domínio mundial e a perda da realidade que marcou sua fase final.

Os oficiais de alta patente alimentaram as fantasias de “armas milagrosas” e sustentaram a ilusão da “vitória final” nas pessoas para que estas mantivessem a obediência. Hoje, corporações, bancos e grandes ONGs mantêm a ilusão de fantásticas soluções ambientais e climáticas para manter os fluxos de capital que as sustentam.

SbN - “solução final” para a floresta amazônica e seus habitantes?

As primeiras vítimas dessa guerra são os povos da floresta. Divididos entre si diante das propostas do capitalismo verde, alguns estão sucumbindo às promessas de ONGs como TNC e UICN. Na apresentação do projeto “Amazônia 2.0” da UICN, pode-se ler:

O projeto no Brasil é executado pela UICN-Brasil e opera em três territórios (Terras Indígenas Alto Rio Purus e Mamoadate e Parque Estadual Chandless) e com quatro povos indígenas (Kaxinawa, Madjá, Manchineri e Jaminawa) e comunitários do Parque Chandless, no estado do Acre. A área de trabalho é de um milhão de hectares e faz fronteira com o Peru, gerando um cenário com desafios singulares.²⁰

Um projeto elaborado pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre, parceira local da UICN) para o trabalho com as comunidades²¹ tem como principal objetivo o “fortalecimento dos modelos de governança florestal nos territórios”. Nas 65 páginas do documento, as palavras “carbono”, “REDD” ou “REDD+” não aparecem sequer uma única vez. No entanto, a página web da UICN revela, como parte dos objetivos específicos do projeto, “aplicação das salvaguardas de REDD+” e “ênfase no acompanhamento das estratégias nacionais de REDD+”.²²

Não por acaso, esse programa da UICN, financiado pela União Europeia, elegeu o Acre como porta de entrada para o Brasil. Nesse estado, durante duas décadas, um governo que se autodenominou “Governo da floresta” criou um vasto arcabouço institucional e jurídico para viabilizar a comercialização de certificados de carbono e de outros “serviços ambientais” a

partir de suas extensas florestas.

As invasões por madeireiros e fazendeiros - que atualmente vêm sendo facilitadas pelo governo Bolsonaro -, assim como a rodovia planejada entre Pucallpa, no Peru, e Mâncio Lima (AC), ainda servirão para valorizar o carbono estocado nestas florestas, uma vez que o projeto terá maior “adicionalidade”, dada pela ameaça de desmatamento relacionada a um megaprojeto cujo impedimento não é objetivo de projetos de REDD ou SBN.

Ao mesmo tempo, um crescente número de indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros moradores e moradoras da floresta estão se preocupando com a ameaça do golpe verde que visa transformar a Amazônia num sumidouro de carbono.

Porque nisso se resume, em última análise, a visão de uma Amazônia 2.0. Na “Carta em Defesa da Amazônia e da Mãe Terra” [*reproduzida na íntegra neste dossiê*], escrita durante um encontro em maio de 2021, no qual participaram representantes de três dos quatro povos mencionados pela UICN, podemos ler:

Denunciamos que estamos sitiados/as entre a violência direta, exercida por madeireiros, fazendeiros e megaprojetos, e agravada pela política fascista e genocida do governo brasileiro; e a violência indireta, mas não menos severa, do ‘capitalismo verde’ com seus projetos e programas REDD+, REM, PSA e “Soluções Baseadas na Natureza”.

Os dois tipos de violência – a direta e a indireta – são movidos pelo mesmo interesse de acumulação de capital e, no final das contas, a primeira viabiliza a segunda. Na medida em que o governo deixa de proteger os povos da floresta contra as invasões, ou até as incentiva, estes são forçados a se aliar com as corporações poluidoras e servir seus interesses de compensação. As ameaças diretas ao território jogam a favor dos poluidores, uma vez que, segundo a lógica da “adicionalidade”, aumentam o valor do carbono não emitido. Com os esquemas de financeirização da natureza, como já vislumbrou o antropólogo Arturo Escobar no final da década 1990, os povos estão “finalmente reconhecidos como donos de seus territórios (ou o que resta deles), mas somente na medida em que aceitam ver e tratar o território e a si mesmos como reservatórios de



• Um projeto REDD nas terras do povo Mundukuru fez manchetes em 2012 quando irregularidades do acordo com a empresa “Celestial Green” foram denunciados. Casos como este contribuíram para que o mecanismo REDD caísse cada vez mais em descrédito. A propaganda para etnoturismo em comunidades Mundukuru de 2015 (imagem acima) expressa a autorrepresentação que povos indígenas estão sendo levados a assumir no contexto atual capitalista: “Se quiser cuidar da floresta, você precisa investir em nós – povos indígenas – porque ninguém cuida melhor da floresta que nós”

capital”²³. Eufemisticamente “reconhecidos” e apresentados em material de propaganda como “guardiões da floresta”, eles terão suas práticas tradicionais e sua relação com a terra restritas ou vetadas em função do cobiçado “serviço ecossistêmico”.

O processo de separação de comunidades autossuficientes da terra, para que esta possa ser submetida a um regime de acumulação de capital, é condição fundamental e permanente para o crescimento capitalista – conforme descrito por Karl Marx²⁴ e Rosa Luxemburgo²⁵. Essa chamada acumulação primitiva chega ao seu pleno efeito assim que a crise ecológica é transformada em negócio. Na carta do encontro mencionado, consta:

Durante a grande enchente (...) no Acre em 2021, muitos indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores tiveram seus roçados e suas casas destruídos, e atualmente não tem como alimentar suas famílias adequadamente. As proibições de caça e do uso de madeira e os sistemas de vigilância ambiental implementados nos nossos territórios agravam ainda mais as crises alimentares e de moradia.

Não sabemos se já ultrapassamos o ponto de não retorno no sistema terrestre, nem sabemos se um grande colapso climático e ecológico é algo inevitável. Mas, talvez não menos urgente, a questão que surge diante dessa situação é: quem somos nós, enquanto sociedade? Estamos tão decadentes que queremos nos deixar cegar perante as causas da destruição do nosso mundo? Como iríamos responder à pergunta que será feita dentro de algumas décadas: *como as pessoas poderiam deixar isso acontecer?*

Ainda podemos dar respostas, podemos reagir! Devemos, antes de tudo, reconhecer

que as conferências da ONU sobre clima e biodiversidade já foram instrumentalizadas por interesses econômicos a ponto de não podermos mais esperar mudanças efetivas a partir deles. A COP-15, conferência sobre biodiversidade da ONU, a COP-26 sobre clima, realizadas no segundo semestre de 2021, consolidaram, ainda mais, políticas do capitalismo verde.

Precisamos nos unir, entrar em ação e atender a solicitação dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores que decidiram lutar:

Apelamos para a sociedade civil do Brasil e do mundo, que se solidarizem com nossa luta pela sobrevivência, pela floresta amazônica e pela vida na Terra, e que refutem as falsas soluções do capitalismo ‘verde’.²⁶

Notas

1 E. Cohen-Shacham, G. Walters, C. Janzen, e S. Maginnis, “Nature-based solutions to address global societal challenges”, IUCN Gland Switz., vol. 97, 2016.

2 TNC, “Natural Climate Solutions”, The Nature Conservancy. <https://www.nature.org/en-us/what-we-do/our-insights/perspectives/natural-climate-solutions/> (acessado set. 18, 2021).

3 UNEP, “The UN Environment Programme and nature-based solutions”, UNEP - UN Environment Programme, 2020. <http://www.unep.org/unga/our-position/unep-and-nature-based-solutions> (acessado ago. 12, 2021).

4 B. W. Griscom et al., “Natural climate solutions”, Proc. Natl. Acad. Sci., vol. 114, no 44, p. 11645–11650, 2017.

5 C. Lang e S. Counsell, “Offsetting fossil fuel emissions with tree planting and ‘natural climate solutions’: science, magical thinking, or pure PR? | REDD-Monitor”. <https://redd-monitor.org/2019/07/04/offsetting-fossil-fuel-emissions-with-tree-planting-and-natural-climate-solutions-science-magical-thinking-or-pure-pr/> (acessado set. 16, 2021).

6 “Revealed: the 20 firms behind a third of all carbon emissions | Climate crisis | The Guardian”. <https://www.theguardian.com/environment/2019/oct/09/revealed-20-firms-third-carbon-emissions> (acessado set. 16, 2021).

7 “Statement of Income - Shell Annual Report 2019”. <https://reports.shell.com/annual-report/2019/consolidated-financial-statements/statement-of-income.php> (acessado set. 16, 2021).

8 “Historic victory: judge forces Shell to drastically reduce CO2 emissions.”, Friends of the Earth International, maio 26, 2021. <https://www.foei.org/features/historic-victory-judge-forces-shell-to-drastically-reduce-co2-emissions> (acessado set. 16, 2021).

9 “Press Release: Indigenous Kichwa Community take Peruvian State and National Park to Court | FPP”. <https://www.forestpeoples.org/en/press-release/kichwa-take-Peru-state-PNAZ-court> (acessado set. 16, 2021).

10 Forest Peoples Programme, “Press Release: Indigenous Kichwa Community take Peruvian State and National Park to Court | FPP”. <https://www.forestpeoples.org/en/press-release/kichwa-take-Peru-state-PNAZ-court> (acessado set. 18, 2021).

11 “Katingan Mentaya Project”. <https://katinganproject.com/impacts/1/climate> (acessado set. 16, 2021).

12 Greenpeace, “VW’s Carbon Footprint”, p. 17.

13 J. Bakan, The corporation: The pathological pursuit of profit and power. Hachette UK, 2012.

14 Reclaim Finance, RAN, e Urgewald, “Five Years Lost: How Finance is Blowing the Paris Carbon Budget”. dez. 2020. Acessado: set. 11, 2021. [Online]. Disponível em: <https://urgewald.org/sites/default/files/media-files/FiveYearsLostReport.pdf>

15 N. Georgescu-Roegen, The entropy law and the economic process. Cambridge, Mass./London: Harvard UP, 1971.

16 D. H. Meadows, J. Randers, e D. L. Meadows, The Limits to Growth (1972). Yale University Press, 2013.

17 Brundtland e VN-commissie et al., Nosso Futuro Comum. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

18 R. Costanza e H. E. Daly, “Natural capital and sustainable development”, Conserv. Biol., vol. 6, no 1, p. 37–46, 1992.

19 UNEP-FI, FGV, e GCP, “Declaração do Capital Natural”. 2012. Acessado: set. 18, 2021. [Online]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17048>

20 “The Amazonia 2.0 project in Brazil is implemented by IUCN-Brazil.” <https://amazoniadospuntozero.com/index.php/pt/parceiros/brasil-po> (acessado set. 16, 2021).

21 CPI-Acre, “Desenho do plano de formação para os monitores da Amazônia 2.0 no Brasil e o plano de monitoramento para a Terra Indígena Mamoadata”. nov. 2020.

22 “Amazonía 2.0 | UICN”. <https://www.iucn.org/es/regiones/americadel-sur/nuestros-proyectos/proyectos-en-ejecucion/amazonia-20> (acessado set. 16, 2021).

23 A. Escobar, “Construction nature: Elements for a post-structuralist political ecology”, Futures, vol. 28, no 4, p. 325–343, 1996.

24 K. Marx, “Das Kapital, Buch 3, Vierundzwanzigstes Kapitel. Die sogenannte ursprüngliche Akkumulation”, in Karl Marx, Friedrich Engels Werke, vol. 23, Diez, 1962, p. 741–791.

25 R. Luxemburg, Die Akkumulation des Kapitals: Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus, vol. 1. Buchhandlung Vorwärts Paul Singer, 1913.

26 “Carta em Defesa da Amazônia e da Mãe Terra, contra as Invasões do Capital, da Violência Bruta e dos Golpes ‘Verdes’ | WRM em Português”. <https://wrm.org.uy/pt/acoee-campanhas/carta-em-defesa-da-amazonia-e-da-mae-terra-contra-as-invasoes-do-capital-da-violencia-bruta-e-dos-golpes-verdes/> (acessado set. 16, 2021).

O avanço do REDD no Pará

Manoel Edivaldo Santos Matos

Vender créditos de carbono para grandes empresas poluidoras não resolve a crise global do clima

Falar do REDD é complicado para muita gente, principalmente para nós, povos e comunidades tradicionais da Amazônia. A sigla vem do inglês e por si só já é complexa, mostrando que o que tem por trás não é algo que foi construído e discutido pelas comunidades que vivem nas florestas.

A falta de acesso a políticas públicas de qualidade e de informações de boa-fé nas comunidades facilita a intervenção externa - ou seja, alguém de fora fazendo promessas ilusórias de que, com a implantação do REDD, as dificuldades enfrentadas pelas comunidades serão solucionadas.

Porém, não falam das condicionantes de como as pessoas de um determinado território devem se comportar, e que, na prática, têm mudado radicalmente os modos de vida da população. E isso, sem dúvida, é uma violação dos direitos dos povos das florestas amazônicas. O REDD é uma afronta por parte de empresas, grandes ONGs conservacionistas e governos que apresentam “vantagens” enganosas. Isso poderia ser entendido como crime, por violar vários direitos dos povos. Por exemplo, o direito ao território, do qual dependemos para exercer nossas atividades de sustentação.

No ano de 2015, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (STTR) de Santarém tomou conhecimento de que, a partir de um estudo feito na Universidade de Columbia, nos EUA, seria implantado o projeto crédito de carbono florestal “padrão” na Resex Tapajós/

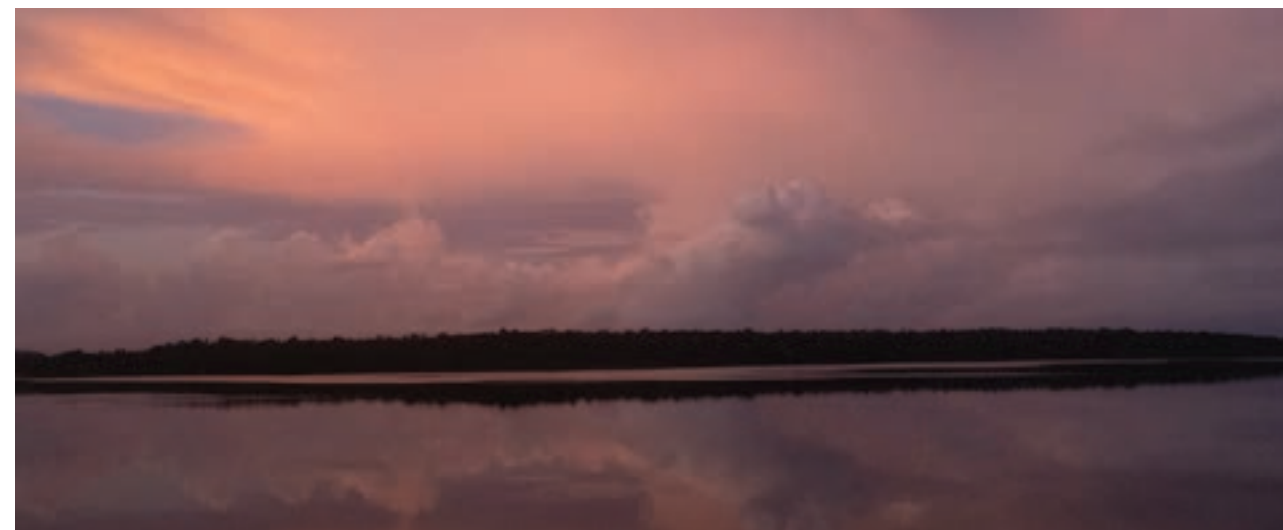
Arapiums. A reserva é uma área de 640 mil hectares onde residem pessoas divididas em 77 comunidades tradicionais, e onde há também várias aldeias indígenas. O projeto, a ser executado pela ONG Biofílica, contou com o apoio da Fundação Brasileira de Biodiversidade (Funbio), fundação de direito privado, e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia pública vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

Para sabermos mais sobre o tal projeto, o STTR, em conjunto com as organizações Fase Amazônia, Terra de Direitos, Pastoral Social e Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), organizou um seminário sobre o tema, em junho de 2015, assessorado pela professora Marcela Vecchione, da Universidade Federal do Pará (UFPA) e membro do Grupo Carta de Belém.

Um mês após a realização do evento, o CITA realizou uma conferência na aldeia Aminã, onde decidiram ocupar a unidade do ICMBio em Santarém para pedir a paralisação do projeto de REDD na Resex.

Por outro lado, o STTR de Santarém promoveu reuniões e assembleias nas comunidades para tratar do assunto REDD na reserva, e fez uma apresentação também na reunião do Conselho Deliberativo da unidade de conservação. Resultado da ocupação foi a suspensão do projeto pelo ICMBio em Brasília. Mas isso não significa que o projeto REDD foi definitivamente paralisado.

Apreendemos com esta experiência como é importante ter a informação correta e completa



• Crepúsculo na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, em Santarém, no Pará. Foto: Gui Falcão

sobre o que tem por trás de uma nova proposta e promessa quando chega nas comunidades. No nosso caso, isso possibilitou uma discussão junto com nossos parceiros, nas comunidades, para que pudéssemos tomar uma decisão informada e não apenas ficar num nível de opinar sobre certos benefícios que, muitas vezes, na prática, não existem.

As novas investidas no REDD no Pará

A entrada de milhões de euros no caixa do governo do estado do Pará nestes últimos anos, no contexto das compensações ambientais, demonstra o avanço do projeto. Apesar de vir cada vez com uma nova roupagem, será que o REDD é a solução para os problemas socioambientais?

Na minha opinião, não! O REDD não significa a solução dos problemas da população. Qualquer tipo de recurso - como é o caso do apoio do governo alemão para o governo do Pará e seu programa REDD -, se não tiver um bom planejamento, com a participação dos beneficiários e o controle social da sua aplicação, dificilmente beneficiará a população na ponta. O dinheiro evapora, toma outros rumos... Além disso, como já foi mencionado, o REDD busca culpar as populações que dependem da floresta pelo desmatamento e mudar seu modo de vida, enquanto o grande desmatamento continua ocorrendo, e, ainda por cima, de forma impune.

Aqui no Pará, o atual governo do estado criou o “Programa Estadual Amazônia Agora”, com a promessa de investir na melhoria da

qualidade de vida do Pará e na proteção ambiental. Porém, eu sinceramente não acredito que isso venha mudar muita coisa para os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.

Primeiro porque grande parte das terras e florestas públicas estão sob a tutela do governo federal. Em segundo lugar, tanto o estado quanto o governo federal criaram duas leis - a Lei federal 13.465/17 e a Lei estadual 8.878/20. As duas têm o objetivo de fazer a regularização fundiária, em particular, a destinação das terras públicas. Pra nós, agricultores e agricultoras familiares, as duas leis na verdade atendem aos interesses do mercado de terras. Ou seja, estão querendo regularizar as terras não para as comunidades viverem melhor, mas para entregá-las ao agronegócio, à pecuária de grande escala, à mineração etc. Com isso, o desmatamento tende a aumentar.

E como mostra a experiência até aqui, quando falam em reflorestamento, geralmente falam de monoculturas, como de cacau, açaí, dendê, entre outras, e não da produção diversificada característica da agricultura familiar em pequena escala, que produz alimentos e abastece os mercados locais.

O projeto REDD é mais uma forma de calar as vozes dos povos da Amazônia. É a ilusão de que viabilizar a “venda” de créditos de carbono a grandes empresas poluidoras - como é o caso do novo programa “Adote um Parque” do governo federal - é a solução para os graves problemas do desmatamento e do clima no Brasil e no mundo.

Insustentabilidade do REDD no Maranhão indígena

Gilderlan Rodrigues da Silva, Hemerson Herbet de Sousa Pereira, Larissa Cortez Almeida Guedes e Rosimeire de Jesus Diniz Santos

Inserido no bojo do mercado de carbono mundial, os programas de redução de emissão têm graves consequências socioambientais nos territórios indígenas

A política econômica do atual governo do estado do Maranhão, associada aos interesses de empresas privadas, tem como eixo a produção e a exportação de bens primários convertidos em *commodities*¹, principalmente originados da atividade extrativa mineral, da plantação de eucalipto para celulose e da agropecuária. O agronegócio, ao se integrar ao mercado internacional, requer seu lugar de propulsor do modelo de desenvolvimento econômico nacional, paralelamente produzindo desigualdades sociais, exploração da força de trabalho e efeitos ambientais de forma selecionada para populações em situações de urbano-periferia e para territórios indígenas, quilombolas e camponeses (MONDARDO; AZEVEDO, 2019).

Foram registrados na Amazônia brasileira 8.381km² de desmatamento acumulado de agosto de 2020 até junho de 2021, revelando aumento expansivo e a maior devastação para o período em dez anos, segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Esse cenário é propício para que agentes econômicos internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU), Estados desenvolvidos e multinacionais

implementem projetos de financeirização do meio ambiente. Dentre eles, está o programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) nos países em desenvolvimento destinado ao comércio internacional do crédito de carbono, criado para supostamente atender ao objetivo de formular um sistema de incentivos financeiros para mudar práticas econômicas que envolvam desmatamento ou degradação florestal. Dessa maneira, em âmbito regional, o governo do estado do Maranhão vem realizando mudanças legislativas e jurídicas para capitalizar e implementar o REDD nos territórios indígenas e outras comunidades tradicionais, utilizando supostos discursos de preservação ambiental e podendo gerar consequências socioambientais nos territórios tradicionais.

Como procedimentos metodológicos para a elaboração deste artigo, foi realizada a revisão da literatura sobre as noções de desenvolvimento econômico, mapeamento das mudanças das legislações estaduais e de implementação do REDD nos territórios, entrevista com povo indígena Krepym Katejê, do Território Geralda Toco Preto, região de Itaipava do Grajaú, centro-oeste do Maranhão. Por fim, apontamos as consequências

socioambientais nos territórios indígenas e as contradições desse programa e possibilidades de enfrentamentos. Dessa forma, além da introdução, discutimos: as noções de desenvolvimento econômico; as mudanças legislativas para acomodar o programa REDD no Maranhão; as possibilidades de consequências socioambientais relacionadas à implementação do REDD nos territórios indígenas, e, por fim, nas considerações finais, enfatizamos as contradições do REDD com seu aspecto de financeirização da natureza e possibilidades de enfrentamento.

Concepções de Desenvolvimento Econômico / Colonialidade no Sul Global

Na obra “A riqueza das Nações”, Adam Smith demonstra que as causas do crescimento econômico estão associadas à divisão do trabalho, à comercialização de mercadorias, às taxas de lucros, à exportação e à expansão da infraestrutura e do comércio, gerando supostos benefícios econômicos e sociais para as populações (SOUZA, 2005).

A ideia de crescimento econômico como acúmulo de riquezas está vinculada às noções de desenvolvimento econômico discutidas a partir do século XX, com destaque para o período após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, que reformulou a economia mundial.

Ela se baseia no ideário civilizatório de que há nações desenvolvidas com economias consolidadas na industrialização e na produção de bens tecnológicos. Esse ideário foi imposto às nações que passaram a ser concebidas como subdesenvolvidas, e que precisariam alcançar as condições materiais plenas do desenvolvimento.

Acosta (2016) argumenta que o discurso de posse presidencial de Harry Truman nos Estados Unidos, em 20 de janeiro de 1949, está ancorado em uma concepção hegemônica empresarial de etapas do desenvolvimento econômico, de modo que as consideradas potências econômicas mundiais teriam a tarefa civilizatória de conduzir a superação do subdesenvolvimento das nações periféricas, oferecendo um pacote de modelo societário



• Propaganda da Sudam publicada na revista Realidade em 1972, em edição especial sobre a Amazônia. Foto: Reprodução oeco/Acervo Ricardo Cardim

evolucionista, no qual o acúmulo de capital com o crescimento ilimitado do Produto Interno Bruto (PIB) representa por si só o principal eixo da superação do subdesenvolvimento. Foi também após a Segunda Guerra Mundial que foram aprimoradas e criadas agências internacionais direcionadas à expansão do desenvolvimento desigual global, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), difundindo as políticas econômicas e sociais necessárias para o crescimento linear ilimitado do capital (ACOSTA, 2016).

O Estado brasileiro, a partir da década de 1930, impulsionou suas ações econômicas via industrialização, pois esse progresso industrial era entendido como crescimento econômico nacional. O governo Vargas atuou em políticas integracionistas, com aberturas e expansão de estradas e ferrovias.

O governo Juscelino Kubitschek, a partir da década de 1950, expandiu a industrialização e, a partir década de 1960, o Estado mapeou os possíveis polos de desenvolvimento regionais, criando: a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),

a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a Superintendência de Desenvolvimento da região Sul (SUDESUL). Em meados de 1970, com o enfraquecimento dessas agências regionais de desenvolvimento, as políticas foram reorganizadas em vários outros programas sociais, tais como: o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte-Nordeste (PROTERRA) (HESPANHOL, 1999).

Mesmo com a mudança institucional provocada com a redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), houve uma continuidade do modelo de desenvolvimento econômico do período da ditadura militar (1964-1985). Com expansivas consequências ambientais, as atividades econômicas da monocultura agrícola têm se concentrado em países na América do Sul, com destaque para o Brasil e Paraguai, destruindo ecossistemas e disseminando violências aos modos de vida de camponeses e indígenas.

Os Estados do Sul Global acionam a justificativa da especialização da economia em produção e exportação de *commodities* para arcar com os juros da dívida pública e a perda de competitividade de suas indústrias em comparação com os países centrais desenvolvidos desde a revolução da microeletrônica (CARNEIRO, 2004).

Demonstrando as características coloniais desses projetos de desenvolvimento econômico, Mendonça (2019) argumenta que, dentre as diversas noções sobre a modernidade, existe uma corrente de pensamento hegemônico que associa as ideias de desenvolvimento econômico e progresso à autointitulada superioridade de organizações sociais que classificam os outros agentes sociais como subdesenvolvidos inferiores.

Para justificar a legitimidade da dominação colonial no mundo, uma vertente ideológica se impôs como história única universal, adotando uma suposta linearidade evolutiva na formação da Europa moderna como centro do mundo, geradora dos conjuntos das relações sociais

tidas como modernas e as outras como periféricas.

Uma das facetas da homogeneização da colonialidade (=modernidade) seria controlar as organizações sociais das periferias sob o argumento de ajuda econômica, política, cultural e social, oferecendo um padrão de civilização para se alcançar, apresentando uma reificação do tempo social, apontando os grupos e sociedades não modernas como tradicionais, no sentido de viverem no passado, necessitando atualizar-se para o contemporâneo.

Um dos elementos do *modus operandi* do *continuum* colonial no Brasil é o deslocamento compulsório de povos, comunidades tradicionais e classes pobres das periferias mediante o uso da coerção física e/ou simbólica dos seus territórios historicamente ocupados. Esse processo é ditado por interesses estatais e corporativos privados, sendo o histórico processo de aldeamento dos povos indígenas e a escravização de povos africanos, a partir do século XV, um marco fundante da colonialidade (=modernidade).

Nessas complexas relações assimétricas de poder e conflitos, o par Capital-Estado vem criando meios de gerir, controlar e separar as populações e territórios segundo seus interesses econômicos, classificando as sociedades e grupos que têm raízes e identidades históricas de vínculos sociais com os territórios como entraves aos projetos de desenvolvimento econômico mundial.

O racismo é constituinte dessa noção desenvolvimentista, com a ideia de raça criada no processo histórico colonial como eixo chave para classificar e selecionar os grupos e coletivos humanos a serem deslocados e a receberem os maiores danos socioambientais que comprometam a reprodução do seu modo de vida específico, em nome do interesse nacional ou bem comum do país.

O *continuum* colonial operacionalizado pelo par Capital-Estado está em constante transformação e expansão, buscando a todos os custos expropriar e explorar os territórios dos povos e comunidades tradicionais. A implementação do REDD se encontra inserida nesse *continuum*, como um instrumento de financeirização da natureza e dos territórios indígenas a serem inseridos no mercado mundial de carbono, se utilizando de supostos discursos governamentais e empresariais

sobre a preservação ambiental, tal como afirma Moreno (2011, p.9):

Na lógica do investidor, o que se quer é transformar o projeto no maior número de créditos de carbono possível sob menor custo para negociar no mercado internacional. O investidor ou a empresa não tem nenhuma obrigação de recuperar a biodiversidade nativa, incluir respeitosamente as populações ribeirinhas ou locais, consultar populações ou povos indígenas potencialmente afetados por um projeto de REDD que, instalado em uma determinada área, acaba causando uma dinâmica que leve a que um desmatamento evitado ali 'vaze' para uma área vizinha, afetando negativamente, pressionando outra área etc.

O estado do Maranhão assume o protagonismo na chamada economia verde, em especial com a eleição do governador Flávio Dino (PSB), em dezembro de 2020, como novo presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, do qual fazem parte os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Nessa coalizão, também de âmbito internacional, Flávio Dino apresentou em 2021 um Plano de Recuperação Verde (PRV) para o estado do Maranhão, em reunião com John Kerry, representante do governo dos Estados Unidos. Tendo como eixo cadeias econômicas verdes nas Américas, o PRV tem o direcionamento de supostamente implementar a diminuição do desmatamento ilegal, formular uma economia verde sustentável, com tecnologia verde/capacitação e infraestrutura verde (SEMA, 2021).

A partir dessa coalizão do par Capital-Estado buscando a financeirização do meio ambiente, com destaque nos territórios indígenas no Maranhão, o governo maranhense vem assim criando programas e projetos como o REDD, Maranhão Verde, o Zoneamento Ecológico e Econômico da Amazônia, do Cerrado e da Zona Costeira, mudando legislações ambientais e agrárias, com o aval de algumas organizações da sociedade civil organizada e uma parte de lideranças comunitárias cooptadas, sem realizar os processos de consulta nos territórios indígenas como ordena a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Dessa maneira, a chamada economia verde formulada entre acionistas empresariais



• Flávio Dino durante lançamento do Plano de Recuperação Verde, durante fórum de governadores da Amazônia. Foto: Leo Oliveira

e representantes dos Estados objetivam a financeirização do meio ambiente como instrumento de acumulação do capital. Essa situação tem provocado desarticulações e conflitos nos territórios indígenas entre uma concepção de meio ambiente inserida na lógica do mercado - como recursos naturais subordinado a interesses privados - e outra concepção baseada em cosmologias ancestrais indígenas da natureza - como entidades vivas e dotadas de valores sagrados e direitos.

Acertos legislativos e políticos para acomodar os programas de REDD no Maranhão

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) foi instituído no início dos anos 1980 para ser instrumento de execução da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.983/1981), mas só a partir dos anos 2000-2003 passou a integrar o Plano Plurianual (PPA). À época, Sarney Filho, então Ministro do Meio Ambiente, incumbiu a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável de coordenar os projetos de ZEE no país e gerenciá-los no PPA. E depois de um processo nacional de discussão sobre o ZEE, o poder executivo federal estabeleceu o decreto nº 4.297/2002, regulamentando a implementação do ZEE em território nacional, como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (MINISTERIO MEIO AMBIENTE).

O ZEE é um mecanismo de gestão ambiental que consiste na delimitação do território em zonas ambientais e de gestão territorial, visando

compatibilizar com a economia, objetivando o chamado “desenvolvimento sustentável”. Para isso, pressupõe restrições de uso dos territórios e mudanças nos modos de pensar e administrá-los: os donos dos territórios passam a ser considerados apenas parte da cadeia econômica (WRM, 2019).

No Maranhão, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) e a Universidade Estadual do Maranhão são as instituições gestoras do ZEE. Em março de 2020, a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei 003/20, de autoria do Poder Executivo, que institui o ZEE-MA para o Bioma Amazônico. As audiências públicas com a sociedade civil foram realizadas com um número limitado de pessoas e de forma *online*, num curto espaço de tempo, em meio à pandemia de Covid-19. O projeto não foi submetido a consulta anterior aos povos e comunidades tradicionais do bioma amazônico a serem impactados pela legislação que estabelecerá gestões e usos outros aos seus territórios.

O projeto de lei se converteu na Lei nº 11.269, de 28 de maio de 2020, foi publicada no Diário Oficial do Maranhão, do dia 29 de maio de 2020, instituindo o ZEE-MA para o Bioma Amazônico. “O Zoneamento Ecológico Econômico é um instrumento moderno de conjugação de desenvolvimento com proteção ambiental, que resolve incertezas e inseguranças jurídicas e com isso destrava e atrai investimentos privados”, explicou o governador (UEMA, 2021).

Todavia, os estudos técnicos do ZEE confirmam que o atual modelo econômico que prevalece na Amazônia, baseado em grandes projetos industriais e no agronegócio, não é sustentável e gera benefícios para poucos e pobreza para muitos. Entre os principais prejuízos para a sociedade está a degradação ambiental generalizada (desmatamento, fogo, perda de solo e de recursos hídricos). A Amazônia Maranhense precisa de um novo paradigma de desenvolvimento, no qual a floresta deve ser considerada um elemento-chave.

O Zoneamento Ecológico-Econômico não está apartado do REDD. Na realidade, eles são complementares, pois são formas de mercantilização dos bens naturais. Os dois estão direcionados a estabelecer marcos regulatórios, a institucionalizar e a regulamentar

um reordenamento territorial que objetiva extração e exploração. Assim sendo, as regulamentações de uso ficam subordinadas a interesses privados, mais especificamente ao capital internacional privado, seja na forma de concessões florestais nas unidades de conservação de domínio governamental, seja na adoção do manejo florestal sustentável nas áreas de domínio comunitário e comunal (PAULA; MORAIS, 2013).

Assim como o REDD, o ZEE é uma imposição externa com pouca consideração aos direitos das comunidades indígenas, incluindo o consentimento livre, prévio e informado relacionado a tais projetos.

Os povos sofrerão impactos imensos em seus modos de vida, pois quando os projetos alcançarem as comunidades poderão mudar a forma tradicional de cultivo e a identidade dos indígenas. Camponeses e população tradicional passarão a ser identificados apenas como fornecedores de serviço ambiental. Em seu art. 4º, inciso XVII, a lei nº 11.269/2020 não menciona os territórios indígenas como terras que serão impactadas por essas regulamentações; há menção apenas ao “Mapa 17: Quantidade de Comunidades autodenominadas Quilombolas referente ao ano 2017”.

O ZEE, assim como o REDD, são falsas soluções à crise climática, pois aqueles que causam o problema continuarão sem fazer nada para reduzir suas emissões e poderão comprar créditos de não emissão a partir de outro país que esteja protegendo suas florestas. Na prática, se organiza um grande comércio de carbono, baseado na ideia de compensação, com pagamento por gestão florestal e por serviços ambientais. Além disso, fornece péssimos incentivos, tais como o estímulo à criação de plantações de árvores como “florestas”, criando riscos onde a proteção florestal numa área simplesmente mudaria o desmatamento para outros locais (WRM, 2019).

Essa usurpação de direitos se processa legalmente por meio das desregulamentações destinadas a promover as adaptações jurídicas às novas formas de mercantilização e financeirização dos bens naturais. Em que pese a necessidade de aprofundamento das investigações sobre esse processo, pode-se

sugerir que as possibilidades de harmonização entre lucratividade do capital, conservação ambiental e resolução dos conflitos sociais parecem mesmo concretizáveis somente nas cartilhas dos defensores do capitalismo verde (PAULA; MORAIS, 2013, p. 361).

O ZEE e o REDD se propõem muito mais a delimitar regiões para exploração econômica, e deixam em segundo plano a conservação e a proteção dos territórios, bem como demonstram solução econômica relativamente simples para enfrentar a crise climática - como por exemplo, remuneração para a manutenção das florestas em pé -, que é muito mais complexa do que aparenta ser num primeiro momento. A redução das emissões e a conservação das áreas de proteção são inseparáveis das realidades ambientais, econômicas e sociais extremamente complexas das florestas, da população indígena e tradicional e seus territórios (WRM).

Há alguns conflitos entre a legislação aprovada no Maranhão e a legislação brasileira vigente. Um primeiro conflito é que o ZEE autoriza a redução da reserva legal, que passa de 80% (na Amazônia Legal, segundo legislação nacional) para 50%; essa medida leva ao desmatamento legal e autorizado de mais de 1 milhão de hectares de áreas em regeneração. A redução da Reserva Legal no bioma contradiz peremptoriamente os principais resultados e recomendações dos estudos técnicos do próprio ZEE (Sumário Executivo do ZEE, 2019), inclusive negando as recomendações dos cientistas, sejam locais ou nacionais.

O artigo 12 da Lei 12.651/12 (Código Florestal) preconiza manter cobertura de vegetação nativa, dentro dos limites legais estabelecidos, independente do estágio que a referida vegetação se encontre. E, ainda que não haja mais cobertura vegetal no imóvel, este também tem a obrigatoriedade de ter a Reserva Legal, com as exceções estabelecidas à agricultura familiar em áreas rurais consolidadas.

É consenso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que a Reserva Legal é obrigatória, ainda que não haja mais mata ou vegetação nativa, cabendo ao proprietário ou posseiro a obrigação legal de recomposição da mesma. O fato de não haver mais floresta primária e sim uma floresta secundária não o isenta de manter tal vegetação e não lhe permite ter benefícios por essa condição.

O entendimento do STJ para percentual de

Reserva Legal parte da vegetação originária, que no caso de toda Amazônia, tratava-se como regra geral de área de floresta. Não é a realidade atual que deve balizar o percentual da Reserva Legal e sim o tipo de vegetação originária. Considerar apenas as vegetações primárias ou em estado avançado de regeneração geraria inúmeros prejuízos ao direito ao ambiente ecologicamente equilibrado e descumpriria o entendimento de nossos egrégios tribunais.

O segundo conflito diz respeito ao direito à consulta livre, prévia e informada. A elaboração do zoneamento não passa por consulta anterior, desrespeitando esse direito. Em seu art. 22 o ZEE dispõe:

observarão o direito de populações indígenas, de comunidades tradicionais [...] nas tomadas de decisão sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais em seus territórios.

São apenas realizadas audiências públicas, utilizadas como subterfúgio para alegar consulta à sociedade, quando, na verdade, o ZEE já vai finalizado para ser proposto/imposto à sociedade. Quando submetido às audiências públicas, não se tem observação quanto à compreensão do processo, nem do que se trata o zoneamento pela sociedade impactada.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho determina a obrigatoriedade dos Estados a consultarem os povos indígenas

mediante procedimentos apropriados através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas **medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente**. [Para além disso] **“estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas** ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes (OIT, 2004, grifo nosso).

Evidenciando isso, já se tem notícias e divulgações de outros zoneamentos territoriais no estado do Maranhão, que continuam sendo feitos sem consulta e seguem passando mais rapidamente possível em meio a pandemia de Covid-19: “O Sumário Executivo do Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão (ZEE-MA), referente ao Bioma

Cerrado e Sistema Costeiro, já está com 80% dos trabalhos concluídos e deverá ser entregue em meados de julho” (Governo MA, 2021).

“A conclusão do ZEE é uma prioridade do governo Flávio Dino, pois contribui para acelerar o desenvolvimento sustentável do Maranhão, fazendo com que o Estado seja mais produtivo, eficiente, competitivo e com oportunidades para geração de emprego e renda para a população. Já finalizamos o ZEE do Bioma Amazônico, que originou a Lei nº 11.269, e agora estamos caminhando para os produtos do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro, que começa com o Sumário Executivo. Até o final do ano, esperamos entregar toda a pesquisa nas mãos do governador”,

ressaltou o secretário de Estado de Programas Estratégicos, Luis Fernando Silva (Governo MA, 2021).

O terceiro conflito com a legislação nacional diz respeito ao direito constitucional de usufruto exclusivo dos povos indígenas sobre seus territórios.

O Art. 23, em seus incisos III e V, da Lei do ZEE Bioma Amazônia, promove uma espécie de arrendamento e comercialização dos territórios e dos produtos provenientes deles.

O zoneamento dá permissibilidade para que se repasse a terceiros direitos acerca do uso de territórios indígenas ou permite a mercantilização do próprio território ou do que pode vir a ser produzido nele. Assim, o território de usufruto exclusivo dos povos a quem pertence passa a ser propriedade privada que pode ser repassada, vendida e sua exploração permitida por terceiros.

O quarto ponto de conflito diz respeito ao Art. 25. do ZEE que dispõe:

Quando houver grave descumprimento dos acordos internacionais quanto à proteção dos ambientes e dos serviços ecossistêmicos associados ao Bioma Amazônico no Estado do Maranhão, o Poder Executivo poderá criar, por instrumento próprio, uma Zona de Emergência Ambiental, cartograficamente delimitada e acompanhada por estudos técnicos que a justifiquem.

Esse artigo já apresenta “grave descumprimento dos acordos internacionais quanto à proteção dos ambientes e dos serviços ecossistêmicos associados ao Bioma

Amazônico no Estado do Maranhão”. Além de desobedecer ao direito à Consulta Livre, Prévia e Informada e já admitir esse descumprimento (procurando ser dada uma alternativa posterior aos impactos negativos já previsíveis), o artigo procura estabelecer uma área de proteção menor ainda do que seria a efetivamente respeitada diante dos impactos ambientais ao bioma Amazônico.

Em agosto deste ano, o IMESC e a Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE) concluíram as reuniões da fase de construção coletiva do Prognóstico e CENARIZAÇÃO do ZEE-MA. As reuniões aconteceram de forma virtual e tinham como objetivo delimitar as áreas de uso. Apesar de uma certa participação “popular”, os grupos são bem delimitados aos interesses do próprio Estado, facilitando, portanto, a aprovação e continuidade do ZEE (SEPE MA, 2021).

A implantação do programa Maranhão Verde nos territórios indígenas e suas contradições

Na esteira dos programas de REDD+ e PSA, criados pela Lei 11.578 de 01/11/2021², enquanto ações que visam a restauração, proteção e preservação ambiental, está o Programa Maranhão Verde no governo de Flávio Dino. Os discursos da economia verde dominam o cenário internacional. No entanto, os programas de REDD+ e de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), executados mundo afora, têm gerado questionamentos quanto à sua capacidade de preservar a Natureza como se propaga: o que se tem percebido é que se trata de mais uma forma de financeirização da Natureza, a Mãe Terra.

É de olho nesse potencial de preservação ambiental no Maranhão, onde as terras indígenas são uma das últimas áreas de vegetação nativa, que o governo do estado implementou o Programa Maranhão Verde, Eixo Indígena. Segundo ele, o potencial de captura de carbono no estado é muito grande por fazer parte da Amazônia e do Cerrado.

Assim sendo, para executar programas para essa captação de carbono, era necessário recurso financeiro. A SEMA, durante a COP 23 realizada em 2017, em Bonn, na Alemanha, captou um valor de 400 mil dólares para ser investido na agricultura familiar, apoio a povos indígenas, comunidades quilombolas e extrativistas (SEMA, 2021). Se o discurso

aparenta ser para conservação e recuperação de áreas degradadas ou em processo, soa muito estranho que a SEMA possa dar licença de desmatamento de áreas dentro de territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, como vem acontecendo. É o caso da área que está sendo desmatada dentro do território Cajueiro, zona rural de São Luís/MA, cuja licença foi concedida pela secretaria.

Outro caso grave foi a emissão de licença pela SEMA para que a empresa Equatorial Norte Energia continuasse a construção do linha elétrico dentro do território Taquaritua, do povo Akroá Gamella, quando a prerrogativa legal é que o estudo e a licença sejam feitos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o que gerou uma ataque gravíssimo da Polícia Militar ao povo, no dia 18 de novembro de 2021³.

Essa contradição se expressa na perversidade dos programas de pagamento por serviços ambientais e de compensação, também presente no mecanismo de REDD+ e PSA: um pode destruir uma área de mata para pagar pelo sequestro de carbono em outro lugar. A Natureza se converte em mercadoria.

Na prática, o que importa não é a conservação da Natureza, mas quanto ela pode oferecer de lucro. A Natureza perde seu valor em si mesma quando um rio, um pássaro ou uma palmeira de açaí ou de babaçu podem ser precificados; tudo pode ser vendido, tudo pode ser comprado.

Essa é a lógica do desenvolvimento capitalista, na qual o REDD+ e PSA são apenas mais uma forma de apropriação de territórios coletivos, com base no discurso da preservação ambiental. Essa lógica mercadológica vai na contramão do Bem-Viver dos povos originários e de comunidades tradicionais que têm uma relação de envolvimento com a Natureza, que a chamam de Mãe Terra, da qual se sentem parte e onde tudo está interligado.

Os territórios dos povos originários, desde sempre, por essa relação, são áreas preservadas, mesmo com todo o processo de esbulho e devastação que têm passado. Não é por acaso que os programas de REDD tenham foco nos territórios de uso coletivo, com

organização de base comunitária. Pesquisas recentes demonstram que as configurações da biodiversidade e preservação ambiental na Amazônia e no Cerrado se mantêm devido à existência e à resistência de povos originários e de comunidades tradicionais em seus territórios.

O Programa Maranhão Verde se estrutura em vários eixos para abarcar territórios coletivos indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais. Aqui analisamos o Eixo Indígena, organizado como uma política estadual de transferência de renda do governo para alguns povos indígenas, apoiando ações que visem a práticas agroecológicas na perspectiva de “*conservar, capacitar e produzir*”.

O Eixo Indígena é coordenado pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP). É essa secretaria que coordena a Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão (COEPI/MA), um colegiado estadual em que estão presentes os diversos povos indígenas. Esse tem sido o espaço de relação do governo com os povos originários.

Na página da SEMA, se encontra informação de que no Eixo indígena serão

“executadas ações de recuperação e restauração ambiental, com o reflorestamento de áreas desmatadas; no eixo capacitação, cursos para a formação de técnicos(as) indígenas, incrementando a sustentabilidade de projetos produtivos e criando oportunidades de geração de renda na área da Produção Alimentar.”

Os projetos serão distribuídos em 16 Terras Indígenas (Alto Turiaçu, Arariboia, Awa Guajá, Bacurizinho, Cana Brava, Caru, Geralda Toco Preto, Governador, Krikati, Kanela, Lagoa Comprida, Morro Branco, Porquinhos, Rio Pindaré, Rodeador e Urucu/Juruá) e uma reserva (Krenyê), beneficiando sete etnias (Ka’apor, Guajá, Tenetehara, Guajajara, Timbira, Kanela, Krikati e Gavião Pukobyê), com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a, aproximadamente, mil famílias indígenas (SEMA, 2021).

O Programa Maranhão Verde, Eixo Indígena, é uma política do governo do estado do Maranhão para os povos originários, visando o que viria depois com a instalação do Sistema Jurisdicional de REDD+ e PSA, criado pela lei 11.578 de novembro de 2021, em que outros projetos e programas serão criados, coordenados pelo Comitê Consultivo formado por Povos Indígenas, Agricultura Familiar e

Populações Tradicionais. A SEDIHPOP e a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF tomarão as providências necessárias ao fiel cumprimento dos trabalhos, incluindo as regulamentações necessárias para cada temática de suas competências.

Nesse escopo, os recursos destinados ao eixo indígena foi de 5 milhões de reais, para atender mil projetos agroecológicos coletivos ou não, de sete povos, nos 16 territórios. Cada povo cadastrado recebeu um número de vagas para apresentar seus projetos. Com os projetos aprovados, recebem o cartão para retirar, nos comércios cadastrados, as mercadorias necessárias para executar o seu projeto em sua comunidade.

O Eixo indígena se conecta com Programa de Apoio e Valorização dos Povos e Comunidades Tradicionais, dos Povos Indígenas e do Conhecimento Tradicional Associado às Atividades de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

Na primeira fase do programa, os povos em processo de retomada de território ficaram de fora, pois suas terras não são demarcadas oficialmente pela Funai. Esses povos ainda não são visíveis para os programas do Estado, mas seus territórios sofrem com o saque e destruição das matas, dos rios, dos ecossistemas necessários à sua reprodução física e cultural.

O discurso de que os territórios de uso coletivos precisam ser incorporados ao capital financeiro continua vigente, assim como as várias estratégias de como acessá-lo, desde as medidas legislativas, no judiciário (o caso Marco Temporal, é um exemplo disso) até os programas que oferecem pagamento para preservar.

Nesse sentido, os programas de REDD vão justamente onde estão as reservas de “maior potencial de carbono” - as terras indígenas, onde os povos com seus corpos/territórios, historicamente, têm enfrentado com muita luta as invasões, o desmatamento e a degradação de áreas que o Estado tem a obrigação de proteger.

O povo Krepym Katejê⁴ e seus projetos agroecológicos no Eixo Indígena do Programa Maranhão Verde

Em entrevista concedida via *WhatsApp*, lideranças Krepym Katejê nos narram sua

experiência:

“Nós ficamos sabendo desse programa Maranhão Verde através das organizações como COEPI e a Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas no MA (COAPIMA). Em 2019, fomos a São Luís; chegando lá ficamos sabendo que estava acontecendo uma reunião da COEPI, fizemos de tudo para ser encaixados e participar também, pois não tínhamos sido convidados. Lá ficamos sabendo que estava sendo agendada uma reunião entre o governador Flávio Dino e os indígenas, mediada pela COEPI. Essa reunião aconteceu, nós não participamos. Depois as lideranças indígenas que foram indicadas para participar dessa reunião com o governador nos informaram que seria liberado um recurso financeiro para apoiar a agricultura familiar nas comunidades.

E assim aconteceu, saiu o recurso financeiro que foi dividido por territórios dos povos que participam da COEPI. E estava criado com o nome Maranhão Verde – eixo indígena. Todos os povos estavam fazendo esse projeto por território e nós também fizemos.



• Estrada de Ferro Carajás, da Vale, cuja construção gerou compensações financeiras para os povos indígenas no Maranhão. Foto: Fernando Cunha

Diante do nosso interesse, recebemos a visita em nosso Território da Edilena Krikati, representando a Coapima, junto com a Adriana Carvalho do Núcleo de Assessoria Indígena na Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) explicando para nós como funcionaria o programa. A reunião foi com o povo e tomamos a decisão de fazer para que pudesse beneficiar a todos. Para nós foram destinadas 10 vagas no programa. Dividimos essas vagas por aldeias. Duas vagas ficaram na Aldeia Esperança, duas vagas para aldeia Bonita -, três vagas para aldeia Geralda Toco Preto e três vagas para a aldeia Sibirino. Cada Aldeia tomou a decisão do que ia fazer com o valor de 2,7 mil reais, por ano, repassado em 3 parcelas. As aldeias Geralda e Sibirino decidiram fazer casas de farinha para beneficiar a todos. A aldeia Esperança optou pela agricultura familiar fazendo uma roça comunitária. E a aldeia Bonita decidiu comprar uma despoldadora.

A primeira parcela do recurso, no valor de mil reais, foi repassada em abril de 2021. Não pegamos no dinheiro, recebemos um cartão para comprar o material nas lojas

credenciadas. Acessamos o recurso de acordo com o orçamento que fizemos e apresentamos na loja para retirar o material. No dia que recebemos retiramos facão, enxada e outros materiais para fazer a roça. Plantamos arroz, milho e mandioca. Já colhemos o milho e o arroz que têm contribuído em nossa alimentação. A mandioca ainda não está madura. As casas de farinha estão sendo construídas.

A gente acredita que esse recurso ajudou a fortalecer a nossa organização, pois nos reunimos todos e tomamos a decisão conjunta de participar e do que fazer. Na minha comunidade, embora os dois cartões estejam na mão de duas pessoas, elas sabem que não é dinheiro delas, mas do coletivo e deve ser investido, no nosso caso, numa roça comunitária. E assim estamos seguindo, esperando a liberação das demais parcelas.” (Lideranças Krepym Katejê, 2021)

O povo Krepym Katejê ficou muito feliz em falar conosco sobre como eles se organizaram para fazer e apresentar os projetos ao Eixo Indígena do Programa Maranhão Verde e sobre como estão sendo executados em suas comunidades. Esse povo está em um processo de organização social, política e ambiental com lideranças jovens ocupando as posições de tomadas de decisões. Elas têm buscado implantar uma forma de organização valorizando a participação de todos nos assuntos que dizem respeito ao território. Com isso, tentam afastar práticas de exploração e degradação do território

A priori, não parece haver nenhum problema nesse programa de transferência de renda para os povos indígenas, pelo contrário: para esse povo, representa um apoio no fortalecimento da organização com a construção de casas de farinha, roça comunitária, e se encaixou bem para essa realidade. Historicamente os povos originários receberam programas assistencialistas que, em sua maioria, não levaram em consideração o modo de vida, a organização social e a autonomia dos povos.

Podemos citar como exemplo, o Projeto Ferro Carajás, celebrado entre a Funai e, à época, a Companhia Vale do Rio Doce, com duração de cinco anos, que destinou um montante de 3,6 milhões de dólares para compensar os povos indígenas no Maranhão pela implantação da estrada de Ferro Carajás. De uma hora para outra a vida dos povos foi alterada com acesso aos recursos financeiros geridos pela Funai, alterando a forma de organização e autonomia na produção de

alimentação. Em cinco anos o projeto foi encerrado e todo o apoio financeiro foi retirado. Nesse momento, alguns indígenas foram assediados e começaram a ceder à pressão para negociar os recursos ambientais em seus territórios, sobretudo, madeira.

Pode-se afirmar que as invasões e espoliação dos territórios indígenas se intensificaram, desde a implantação do Programa Grande Carajás – PGC, nos anos 1980. Segundo Sant’Ana Júnior (2013), o PGC concebeu, como seu desdobramento, o “Projeto Ferro Carajás”, que visava, principalmente, a fornecer infraestrutura para a exploração e transporte de jazidas de minério de ferro do sudeste do Pará, realizados pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce (atual “Vale”, transnacional, hoje, privatizada).

Sem dúvida esse foi um dos projetos que “abriu as portas” dos territórios indígenas no Maranhão para a passagem de outros programas e projetos que traziam em seu bojo o discurso do desenvolvimento e do progresso.

Foi ele também que propiciou a demarcação das terras indígenas em formatos de ilhas. O desenvolvimento desaparecia quando o recurso acabava, e os povos em suas comunidades ficavam com a sensação de escassez e sob pressão para explorar os recursos ambientais existentes nos territórios.

Os anos de progresso modificaram o modo de ser, viver e sentir dos povos em seus territórios. Houve a negação de sua forma produzir, de compartilhar o produzido e o celebrar; a vida comunitária e o trabalho em mutirão davam lugar à competição, ao individualismo e a conflitos internos. Cabe lembrar que, com o processo de esvaziamento da Funai, os povos deixaram de ter apoio e assistência técnica, ficando mais suscetíveis a ações ilegais como arrendamento da terra, retirada ilegal de madeira, mineração e a aceitar programas que têm apelo de geração de renda.

Ainda é cedo para compreender como essa transferência de renda se sustentará; por enquanto, há acesso a recursos internacionais para atendê-la. Também é cedo para entender os efeitos da implantação dos programas de REDD e de PSA nos territórios, mesmo os povos tendo assento no Conselho Consultivo.

Devido à feroz velocidade com que o governo do estado fez a implementação da economia verde no Maranhão, sem consulta nos territórios, a entrada dos projetos econômicos sem os povos e comunidades tradicionais compreenderem as contradições desse processo foi facilitada. São abertas brechas para legitimar a destruição das comunidades, com a implementação do REDD em alguns territórios, delimitando áreas de preservação ambiental. Dessa forma, uma empresa tem o aval também para destruir outras comunidades em prol de suas atividades econômicas.

Pode-se observar que a economia verde já é uma realidade a partir da implantação do Programa Maranhão Verde, e difunde uma ideia de preservação e cuidado ambiental. Na prática, é mais um projeto que visa à financeirização do ser e da Natureza, a Mãe Terra.

Conclusão

A insustentabilidade do REDD se faz presente na tentativa fracassada de conciliação de preservação ambiental com a acumulação de capital. Como demonstra Santos (2013), as empresas têm um caráter de invasoras dos territórios para suprir a necessidade de acumulação ilimitada de capital, o que produz contradições, conflitos e degradações socioambientais de forma selecionada para determinados grupos e coletivos sociais.

Em contraponto à economia verde, a preservação ambiental se faz com a manutenção da reprodução sociocultural dos povos e comunidades tradicionais que mantêm viva a biodiversidade ecológica e social nas florestas e nos territórios.

Nesse processo de resistências, os povos e comunidades tradicionais em aliança na Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão defendem a autonomia dos seus territórios e seus modos de vidas específicos no horizonte do chamado Bem-Viver, como afirmação de suas memórias ancestrais e espirituais, de suas lutas e do enfrentamento ao sistema capitalista.

Assim, segundo Moreno (2011), a financeirização das florestas com o programa REDD - com a finalidade de gerar créditos no mercado mundial de carbono - impulsiona um processo de mercantilização e especulação sobre os territórios tradicionais aumentando as

violências. Na medida em que multinacionais aacionam o mercado de carbono para a manutenção das suas atividades predatórias/ poluidoras, esses agentes econômicos também associam o marketing empresarial a supostas responsabilidades ambientais, ocultando contradições e explorações socioambientais, e selecionando povos e comunidades tradicionais como zonas de sacrifícios em prol da centralização e acumulação de riquezas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad. Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALTVATER, Elmar. O Preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

Artigos do Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM). “Compensações nas florestas: Uma lógica que viola os direitos dos povos indígenas e tradicionais e facilita o desmatamento”. Montevideo-Uruguay, outubro de 2019. Disponível em: <<https://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/compensacoes-nas-florestas/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.

CARNEIRO, D. S. “Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira”. In: CARNEIRO, Eder Jurandir. Notas para a crítica do desenvolvimento sustentável. 28º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambo – MG, 2004.

COELHO, Tádzio Peters. Projeto Grande Carajás: Trinta Anos de Desenvolvimento Frustrado. Marabá – PA: i Guana, 2015.

FARIAS, Talden. A reserva legal ambiental no novo Código Florestal.

GOVERNO MA. “Avança zoneamento do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro”. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=310125>. Acesso em 19/0/2021

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. Histórico do ZEE. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/item/8186.html>>. Acesso em 19 set. 2021.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. “A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro”. In: MENEGUETTE JUNIOR, Messias; ALVES, Neri (Orgs.). FCT 40 anos, perfil científico-educacional. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999.

LIMA, João Vicente RB Costa. Florestas, Mercado e Sociedade: limites institucionais para a sustentabilidade. FloreStaS, p. 59, 2013.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Continuum colonial. São Luís: EDUFMA; Paco Editorial, 2019.

MONTEIRO, Maurílio. Siderurgia e carvoejamento na Amazônia: drenagem energético-material e pauperização regional. Belém: Escola Técnica Federal do Pará, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1998.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 22, n.47, pp. 296 – 320, 2019.

MORENO, Camila. “Reflexões estruturais sobre o mecanismo REDD”. Cadernos IHU ideias. ano 9, nº 146, ISSN 1679-0316, 2011.

PAULA, Elder Andrade de; MORAIS, Maria de Jesus. O conflito está no ar: povos da floresta e espoliação sob o capitalismo verde. Estudos de Sociologia, [S. l.], v. 18, n. 35, 2013.

REDD+ BRASIL. O que é o REDD+. Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/pt/pub-apresentacoes/item/82-o-que-e-redd>. Acessado em: 19/09/2021.

SEMA. “Governador Flávio Dino apresenta Plano de Recuperação Verde em reunião com John Kerry”. Disponível em: <https://www.sema.ma.gov.br/p10926/>. Acessado em: 20/09/2021.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 23ª ed. Record, 2013.

SEPE. “Imesc e sepe finalizam fase de reuniões para a construção coletiva do prognóstico e cenarização do zee ma”. Disponívem em: <https://sepe.ma.gov.br/imesc-e-sepe-finalizam-fase-de-reunioes-para-a-construcao-coletiva-do-prognostico-e-cenarizacao-do-zee-ma/>

SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento Econômico. 5ª Ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2005.

SEMA. “Governo do estado lança eixo indígena do programa Maranhão Verde”. Disponível em: <https://www.sema.ma.gov.br/governo-do-estado-lanca-eixo-indigena-do-programa-maranhao-verde/>. Acessado 13/09/2021

UEMA. “Uema participa de lei do zoneamento ecológico econômico do bioma amazônico”. Disponível em: <<https://www.uema.br/2020/06/uema-participa-de-lei-do-zoneamento-ecologico-economico-do-bioma-amazonico/>>

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. “Carajás 30 anos: projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia oriental”. Vias de Fato, São Luís - MA, 07 ago. 2013

Notas

- 1 “As commodities são recursos naturais negociados no mercado financeiro, podendo ser minerais ou agrícolas, e renováveis ou não-renováveis. Existem 57 bolsas de commodities pelo mundo, sendo a New York Mercantile Exchange (NYMEX) a maior delas. As bolsas de commodities comercializam insumos energéticos, produtos agrícolas e minerais” (COELHO, 2015, p. 76).
- 2 Institui a Política de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, da Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, do Manejo Sustentável de Florestas e do Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+), da Gestão dos Ativos Ambientais e do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) do Estado do Maranhão, denominada Sistema Jurisdicional de REDD+ e PSA, e altera a Lei Estadual nº 11.000, de 02 de abril de 2019, para ampliar o escopo de atuação da Maranhão Parcerias - MAPA.
- 3 <https://cimi.org.br/2021/11/nota-do-cimi-regional-maranhao-em-repudio-a-violencia-e-criminalizacao-do-povo-akroa-gamella/> (acesso em 10/12/2021)
- 4 O povo Krepym Katejê habita no território Geralda Toco Preto, em Itaipava do Grajaú/MA. (Entrevista com Fábio Krepym, acompanhado de Comixirã, Acácio, Leonila, Geovane, concedida no dia 31/08/2021, via WhatsApp).

Aterrissando o debate climático

Amigos da Terra Brasil

Violações de direitos das populações atingidas pelas ações do capital transnacional que o carbono não compensa

A emergência climática tornou-se uma preocupação central da humanidade. Vinculada a uma perspectiva de equidade e de necessidade de mudança do sistema que está na raiz das causas da elevação da temperatura do planeta, a luta por Justiça Climática tornou-se uma prioridade global para as gerações presentes.

Enquanto isso, acontece a 26ª Conferência das Partes (COP-26) sobre Mudanças Climáticas - em plena pandemia, sem que se tenha alcançado a quebra de patentes para a universalização das vacinas e o acesso inclusivo à participação da sociedade civil como observadora das negociações. O encontro tem como objetivo maior a regulamentação dos mercados de carbono ou, nas palavras da convenção das Nações Unidas (ONU), a finalização do Livro de Regras do Acordo de Paris, de 2015, com decisões sobre seu Artigo 6, sobre mercados de compensação das emissões de gases de efeitos estufa envolvendo 'resultados de mitigação'.

Em quase três décadas, paralelamente ao avanço insustentável da poluição na atmosfera, quando finalmente os países se comprometeram com metas nacionais de redução de emissões, o que de fato mobiliza governos e lobbies empresariais no mundo todo são as formas de driblar essa necessária mitigação com a consolidação do negócio da financeirização transacional do carbono.

De outro lado, temos sociedade civil e movimentos sociais, há décadas construindo o poder popular para incidir na agenda climática.

Contudo, ainda que enraizados nas realidades, nas experiências, nos conhecimentos e nas demandas das populações atingidas, esses grupos precisam estar atentos, fortes e unidos em duas frentes igualmente urgentes e prioritárias.

A primeira frente é a da exigência das reduções reais de emissões, que nos ponham no trilho de uma Transição Justa, cujo objetivo é mudar o sistema para não mudar o clima, sem que a carga dessa mudança recaia sobre a classe trabalhadora - a mais afetada e menos responsável pelos padrões de produção, consumo, poluição e acumulação que vêm se reproduzindo há séculos.

A segunda frente trata de resistir, denunciar, explicitar e bloquear as falsas soluções do capitalismo verde e sua coroação através da regulamentação dos mercados de carbono. É preciso apagar - de uma vez por todas do livro de regras climáticas e sobrevivência humana - o artigo que permite negociar e lucrar com medidas que violam direitos e modos de vida das pessoas nos seus territórios, e que em nada contribuem para evitar o aquecimento acelerado do planeta.

Quem ganha e quem perde com os mecanismos de mercado, que vêm mudando de nome e se sofisticando ao longo dos anos?

Através das vozes das resistências ao avanço do capital no Brasil - e em especial dos povos da floresta, e mais especificamente no Acre, a partir de uma década de imposição de políticas de serviços ambientais -, o movimento por Justiça Climática tem produzido uma análise

crítica aprofundada sobre esses mecanismos. Além disso, conta com um acúmulo cada vez mais interseccional, intercultural e de articulação entre as lutas: das mulheres, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, do campesinato, do povo negro, das periferias urbanas, dos sindicatos, das religiosidades, dos direitos humanos e das pessoas LGBTQIA+. Isto é, da classe trabalhadora que, historicamente, tem sofrido múltiplas formas de opressão e exploração, seja na cidade, no campo ou na floresta.

Um movimento que, falando em clima de baixo pra cima, nos traduz siglas como MDL, PSA, REDD, REDD+, REM e SbN¹, explicitando interesses, impactos e propondo alternativas próprias para o cuidado popular dos territórios - para que haja uma vida digna, em harmonia com a natureza - e, também, da biodiversidade e do clima global.

O Brasil é um país megabiodiverso, onde 80% das emissões estão associadas às mudanças no uso do solo, e é também um dos maiores alvos dos experimentos de mercado de carbono florestal no mundo. Muito tem sido escrito até aqui sobre as experiências com projetos de REDD e similares na Amazônia. Pouco se explicita, porém, a associação dos seus efeitos nos territórios com a poluição, a degradação ambiental e a desagregação social geradas por ações, empreendimentos e investimentos, justificadas por políticas e mercados de compensação baseados na métrica do carbono.

Nesse artigo, procuramos aterrissar um pouco mais nesse debate por meio da visão de quem está no terreno "compensado", visibilizando as violações de direitos comuns naqueles territórios colocados no mercado como se tivessem aderido ao "serviço de compensar" o que o capital transnacional destrói. E, na perspectiva histórica da luta por Justiça Climática, queremos também reconhecer o poder da solidariedade popular que avança no diálogo entre territórios, experiências e histórias de vida. É essa solidariendade que se faz necessária para dismantelar o poder empresarial em tempos de "economia verde", para que se possa construir uma Transição Justa na qual a sustentabilidade da vida esteja no centro da política e acima do lucro.

O ganha-ganha das empresas transnacionais no capitalismo verde

Os limites planetários e a urgência climática estão cada vez mais reconhecidos e incorporados na luta dos povos e na mobilização da juventude no mundo todo. Nesse sentido, mais que uma falsa solução ou direito de poluir por compensação, os mecanismos de mercado como REDD e SbN são uma solução sob medida para a reprodução do capitalismo, na atual conjuntura.

Para as empresas transnacionais, que controlam atividades em cadeias globais de produção e ultrapassam fronteiras de países, já não basta lavar sua imagem, anunciando compromissos voluntários com a sustentabilidade. Assim como não basta a implementação de medidas autorregulatórias, ou a aceitação de leis de "devida diligência", acompanhadas de massivas propagandas sobre o quão verde e responsáveis as corporações tenham se tornado. Essas empresas tentam atrair consumidores e investimentos que deem continuidade à sua lógica de operação e acumulação - mas, num mundo onde as pessoas se sentem cada vez mais ameaçadas e preocupadas com as mudanças climáticas, isso também não basta.

O que está em jogo no avanço da institucionalização das SbN é a possibilidade de as mesmas empresas e investidores - que lucram com negócios que têm a degradação ambiental, a queima de combustíveis fósseis ou o desmatamento como meio - investirem também na criação de ativos financeiros com a aquisição de territórios verdes, ou de ações em projetos de privatização da natureza em zonas ricas em terra, água, biodiversidade...

Essa investida verde por parte de empresas transnacionais que acumulam lucros anuais maiores que o PIB da maioria dos países do mundo é um verdadeiro acaparamento duplo de territórios.

Num clique, uma mineradora canadense já pode comprar uma "área equivalente" em biodiversidade - podendo escolher entre florestas, mangues, pradarias...², tendo apenas uma concessão e uma licença ambiental para explorar um território.

Ali, poderá realizar ações privadas de preservação, gerar "créditos" ou licenças

de poluição, em benefício de seu próprio negócio, retendo ainda uma reserva de “ativos ambientais” para oferecer futuramente no mercado de compensação para outras empresas. Desse modo, podem seguir aumentando suas emissões, degradação ambiental e lucro, indefinidamente! Junto às violações de direitos, os únicos limites são impostos às populações atingidas nos territórios sobre os quais avança o controle das empresas e do setor financeiro, com o aval de políticas domésticas e acordos internacionais.

O crime compensa?

O rompimento das barragens em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), atingiram irremediavelmente as bacias dos rios Doce e Paraopeba, e as populações que ali vivem. A julgar por esses acontecimentos - os maiores crimes ambientais cometidos no Brasil, pelas empresas Vale e BHP Billiton - e as consequências para as empresas, sim, o crime compensa:

Após cinco anos e meio, a reparação dos danos continua pendente. As empresas que causaram o desastre, desde o início, tiveram o controle sobre o processo de reparação, tendo em vista a criação da Fundação Renova, instituída para tal finalidade. Desse modo, houve, de um lado, a transferência da responsabilidade estatal pela gestão da reparação para as próprias empresas causadoras dos danos.³

A Renova, instituída em 2016 para conduzir 42 programas de reparação socioeconômica e ambiental aos cerca de 700 mil atingidos pelo rompimento da barragem de Mariana (e mantida com recursos da Vale, Samarco e BHP), fechou em 2019 o caixa com um superávit de 13 milhões de reais.

Enquanto isso, anunciava para 2021 um investimento de 1 bilhão de reais em obras de reassentamentos, sem que milhares de famílias que tiveram seus modos de vida impactados pela lama tivessem sido reconhecidas como atingidas, mesmo após cinco anos após do desastre.⁴

Assim como no ramo da mineração, gigantes do petróleo têm saído impunes de seu acúmulo histórico de violações de direitos e de contribuição ao aquecimento global, mesmo frente a algumas importantes vitórias no campo jurídico internacional. A Shell, uma

das maiores beneficiárias das reformas para a entrega do petróleo às transnacionais desde o golpe de 2016 no Brasil⁵, foi julgada em Haia como responsável pelas emissões de CO₂ ao longo de sua cadeia global de produção, e por sua ação que impõe risco de violação de Direitos Humanos e ao direito à vida⁶. Mas sua condenação a reduzir suas emissões “líquidas zero” em 45% até 2030 inclui a possibilidade de aumentar seus negócios na área de SbN, com ambição anunciada de chegar a 300 milhões de dólares predominantemente no Brasil até o final de 2021⁷.

Dessa forma, transfere seu fardo de contaminação histórica da atmosfera para as populações que, não tão naturalmente, solucionariam parte do problema por estarem de fato baseadas em territórios com natureza preservada.

A Lei Francesa estabelece um Dever de Vigilância para prevenir a violação de direitos humanos pelas multinacionais sediadas naquele país. Apesar disso, ações judiciais contra os impactos da petroleira Total - que incluem a perseguição e recente detenção arbitrária de defensores dos territórios na Uganda⁸ - não foram ainda acatadas e julgadas pela corte civil.

Para a Amazônia em particular, a lista de crimes empresariais das cadeias do agronegócio e da pecuária é vasta e, ao invés de sua enorme pegada de carbono servir para restringir e controlar seu avanço, suas desregulamentação e violência só têm aumentado⁹.

Quanto às empresas de aviação, calcula-se que sejam responsáveis por causar entre 5% e 8% do aquecimento global, segundo dados da rede ATERRA, responsável por uma campanha pela redução do tráfego aéreo e por uma mobilidade justa e ecológica¹⁰. É um segmento que vem se expandindo em número de voos e emissões, apesar do contexto da pandemia, e ao mesmo tempo concentrando poder nas mãos de poucas empresas transnacionais, por meio de fusões e privatizações, bem como pelas concessões e parcerias público-privadas na operação de aeroportos.

Mas nada que a descarbonização não dê jeito. Em janeiro de 2019 - mesmo ano em que o governo do negacionista Jair Bolsonaro desistiu de realizar a COP do clima no Brasil -, o país iniciou um processo de monitoramento

das emissões internacionais de CO₂ dos seus operadores aéreos. O Brasil aderiu ao Esquema de Redução de Emissões da Aviação Civil Internacional (Corsia/Icao) para a redução e compensação de emissões de CO₂ de voos internacionais.

O objetivo do referido programa é “atingir o crescimento neutro de carbono – isto é, que as emissões sejam estabilizadas nos níveis observados em 2020, sem que o setor aéreo precise parar de crescer”. Para que a aviação cumpra seu papel no esforço global no combate à mudança climática, “créditos são emitidos por outros setores da economia que possuem alternativas mais eficientes e baratas de reduzir suas emissões de CO₂ do que o próprio setor aéreo”¹¹.

Um estudo do IDESAM (2018)¹² envolvendo a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRio), a ONG Biofílica, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e o Instituto Centro de Vida (ICV) - com apoio de e agradecimentos ao Environmental Defense Fund (EDF) dos EUA -, apresentava o seguinte em suas mensagens:

Quem mais se beneficia com a ausência do Brasil nas fases voluntárias do CORSIA são as companhias aéreas estrangeiras, que representam cerca de 80% do aumento das emissões esperadas para o período 2021-2026. Entre 2021-2026, o potencial investimento das Companhias aéreas nacionais em iniciativas que reduzam emissões no Brasil será de US\$ 25 milhões. Já pelas Companhias aéreas internacionais, o investimento será de US\$ 80 milhões, no mesmo período. O Brasil *poderia cancelar parte dos créditos REDD+ já gerados e registrados no Info Hub Brasil em nome das Companhias aéreas brasileiras*. As companhias cumpririam as metas de redução entre 2021-2026 com base na performance REDD+ já demonstrada pelo Brasil. Companhias estrangeiras ficariam obrigadas a compensar as emissões das rotas com origem ou destino no Brasil. O Brasil poderia aproveitar as oportunidades geradas pelo mecanismo do CORSIA - e os investimentos decorrentes - para promover uma das estratégias mais eficientes para reduzir emissões no Brasil: A redução do desmatamento na Amazônia.

E destaca:

Se o Brasil aderir às fases voluntárias do CORSIA (2021-2026), *serão geradas reduções de emissões da ordem de 8,6 MtCO₂*, das quais 2 MtCO₂ (24% do total) seriam reduzidas por companhias aéreas brasileiras e 6,5 MtCO₂ (76% do total) por

companhias aéreas internacionais.

Não é fácil entender. Mas traduzindo: na métrica do carbono, o aumento das emissões da indústria de aviação pode ser visto como algo positivo pelo ambientalismo de mercado. E ainda é chamado de redução de emissões, ou de custos, pois pode significar milhões em projetos de REDD - desde que as comunidades da Amazônia cedam seus direitos de uso da floresta pelos compradores de créditos às empresas transnacionais (e mesmo às empresas brasileiras, que tem muito capital e atividade de caráter transnacional).

Do texto, deduz-se que essa espécie de “cheque em branco” para quem polui também poderia ser cancelada e transferida para o melhor pagador, mesmo que as supostas reduções de projetos de REDD já tenham sido demonstradas em anos anteriores à adesão do Brasil, por exemplo, pelo pacote de políticas do Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais (SISA, 2010)¹³ no Acre.

Da mesma forma, o governo do estado vem sendo compensado, desde 2017, por sua ação anterior e pioneira pelos recursos do *REDD Early Movers* (REM) recebidos do banco alemão KfW. Para as empresas, o estudo garante ainda que

A adesão do Brasil às fases voluntárias do CORSIA (2021 a 2026) não reduz a competitividade das companhias aéreas brasileiras, uma vez que companhias internacionais também serão obrigadas a compensar suas emissões em voos para o país. (...) A demanda por reduções de emissões gerada pelo CORSIA pode constituir uma ótima oportunidade para financiar projetos que contribuam para o desenvolvimento sustentável no Brasil, em especial no setor de florestas, uso da terra e agropecuária – que respondem por mais de 70% das emissões nacionais de GEE (IDESAM, 2018).

Em maio de 2017, povos e comunidades da floresta estavam reunidos em Xapuri, no Acre, discutindo “Os efeitos das políticas ambientais/ climáticas para as populações tradicionais”¹⁴, se perguntando para onde estariam sendo destinados os recursos internacionais de REDD e PSA, já que não eram aplicados para melhorar a vida das comunidades extrativistas e demarcar territórios dos povos indígenas, históricos defensores da Amazônia. Na declaração do encontro, ensinam sobre inadequação do termo “créditos de carbono”:

• *Cenário de guerra: moradora da Vila Nazaré, em meio aos escombros deixados pelos tratores após a remoção das famílias em função da ampliação do aeroporto. Foto: Luiza Dorneles/Amigos da Terra Brasil*



...Estamos sendo lesados pelos acordos pactuados e negociatas feitas entre o governo do Acre e outros estados e países em benefício de corporações ávidas por *créditos de poluição*, entre as quais petroleiras, mineradoras, madeireiras e empresas do agronegócio. Manifestamos preocupação com as conversas em curso sobre compensação de emissões da aviação através da Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação de Florestas Tropicais, os chamados mecanismos REDD. Nos recusamos a usar o termo crédito de carbono, entendendo que são na verdade créditos de poluição, que agravam em vez de solucionar o problema. Rejeitamos toda e qualquer forma de colonialismo climático. (Declaração de Xapuri, Maio de 2017)

Acontecia, naqueles mesmos dias, um outro encontro, dos membros do grupo de trabalho Offsets (compensações, em inglês) de Carbono Florestal do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, analisando as possibilidades de mercado para financiamento de políticas de conservação de florestas no Brasil, por meio do CORSIA.

Na ocasião, os participantes do encontro visitaram os empreendimentos de “baixa emissão de carbono e alta inclusão social”, fomentados pelo Estado por meio da política de REDD+. O Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) do Acre apresentou o SISA como uma experiência positiva de política estadual de baixa emissão de carbono e desenvolvimento sustentável, por ter sido o primeiro no mundo a desenvolver o programa global REM (de incentivo ao REDD, do banco alemão KfW), e obter resultados concretos¹⁵. Vejamos a declaração do Senador Jorge Viana, no encontro:

“A floresta precisa ser vista como um ativo econômico, que pode e deve ser manejada, e não pode ser destruída. O Acre tem se destacado nesse segmento, inclusive recebendo compensação de crédito de carbono, por conservar e reduzir o desmatamento, mas nós queremos que o Brasil mude sua posição, especialmente por conta das emissões significativas no mundo, por conta da aviação internacional.”

E também a de um pesquisador sênior do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam):

“Seguramente, incorporar o valor que serviços ambientais trazem para gestão, é um passo fundamental para consolidar e levar esses negócios para outros estados.”

Dessa história, ficam os vencedores para contá-la - e os seus milhões em créditos de poluição -, enquanto os aviões seguem voando. Já o direito de decidir de forma livre, prévia e informada dos povos originários e das populações da floresta segue sendo violado. A voz das pessoas mais atingidas e menos responsáveis pelas mudanças climáticas está ainda mais silenciada, no contexto de um governo federal de caráter fascista e de uma COP, em plena pandemia, capturada pelos interesses empresariais e nada inclusiva à participação social.

Porém, não é só aí que o discurso de baixo carbono da aviação como falsa solução climática toca na terra. O caso da empresa alemã Fraport, que comprou a concessão para operar e ampliar o aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre¹⁶, é também uma história que tem muitos rostos e vozes que precisam ser ouvidas¹⁷. A Fraport priorizou a expansão de uma pista para aviões de cargas que alimentam cadeias de produção de transnacionais como os supermercados Walmart.

Dessa maneira, a empresa - que é membro de uma associação de indústrias poluentes da aviação que não para de crescer - expulsou uma comunidade na zona norte de Porto Alegre do local onde fixou raízes há mais de 60 anos. Como e quem pode compensar a violação de direitos e as alterações na vida dessa comunidade?

Quanto carbono vale uma cidade varrida do mapa?

A Vila Nazaré em Porto Alegre é uma comunidade urbana periférica que se instalou e desenvolveu junto ao aeroporto Salgado Filho durante mais de meio século. Para a ampliação da pista do aeroporto, o governo do estado desapropriou a área, indenizando os proprietários constantes das matrículas, sem que os possuidores legítimos, instalados ali há décadas - e responsáveis pelo desenvolvimento da cidade naquela região, inclusive com equipamentos e serviços públicos instalados dentro da comunidade -, fossem chamados ou tivessem conhecimento do processo de desapropriação.

Em 2017, houve a concessão do aeroporto Salgado Filho à Fraport, com a área “desapropriada” para sua ampliação. Quase duas mil famílias ali moravam, trabalhavam e viviam.

Mais de seis mil pessoas - uma população maior que grande parte das pequenas cidades no interior do estado e do país - foram forçadas ao deslocamento, nesse que foi o maior despejo urbano do país, em plena pandemia.

Com o apoio do Município de Porto Alegre, a Fraport removeu a maior parte das pessoas do local. Cerca de 300 famílias (justamente aquelas que não participaram da luta contra o empreendimento) foram levadas para domicílios do programa “Minha casa, minha vida”, relativamente próximos à área. Já a maioria dos antigos moradores - mais de mil famílias -, sob desinformação, coações e até ameaças, foram transferidas para outro empreendimento, muito mais distante, na região mais violenta da cidade.

Contra as 60 famílias que resistiram até o final e permaneceram no território original, a empresa alemã moveu ações de reintegração de posse. A comunidade foi então removida para conjuntos habitacionais já construídos pela União. Hoje distantes do local de origem (e dos espaços de trabalho, escolas e unidades de saúde), seguem vivendo um processo contínuo de violação de direitos humanos.

Nessas ações, as audiências conciliatórias presenciais foram canceladas em razão da bandeira preta da Covid no estado, e as famílias foram intimadas em tempo recorde a comparecer em audiência de conciliação virtuais. Com a pretensa desfaçatez de mascarar a coação e os assédios - além de expor ainda mais às pessoas ao contágio por Covid -, foi disponibilizado pela Fraport um contêiner com acesso à internet e técnicos para operacionalizar o equipamento, além de um agente municipal, numa verdadeira parceria público-privada para violação de direitos.

Coagidas pelo poder público e pela iniciativa privada, muitas famílias se viram obrigadas a aceitar o que lhes foi imposto. Famílias que viviam há mais de 50 anos no local foram tratadas como ocupantes irregulares, não lhes sendo permitida a escolha de opções de moradia. Sem acesso a meios de prover a própria sobrevivência, vivenciam na atualidade a fome, o desemprego, a dificuldade de acesso às políticas públicas e equipamentos sociais, despedidos de qualquer respeito e dignidade e sofrendo violência constante do crime organizado da região, inclusive com a expulsão

de várias famílias dos imóveis para onde foram transferidas.

Isto é: não bastou a caótica situação de Porto Alegre - cidade com um dos maiores índices de transmissão do coronavírus no país; também não foram suficientes os apelos da campanha Despejo Zero, ou as denúncias e recomendações do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e do Conselho Nacional de Juristas (CNJ).

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão da 4ª Região (MPF/PRDC), ajuizou uma Ação Civil Pública contra a empresa Fraport e o Município de Porto Alegre, pelos direitos das famílias atingidas. Também manifestou-se nas ações individuais de reintegração de posse, alertando para a não isonomia das partes e requerendo suspensão e adequação das condições. Ainda, postulou que o Juízo adotasse, como solução alternativa aos empreendimentos habitacionais, de forma isonômica a todas as famílias remanescentes, um critério único de solução. Este deveria ter valor idêntico ao empregado pelo poder público federal diretamente - ou, no caso da empresa concessionária, aquele utilizado nos reassentamentos decorrentes de outras grandes obras de infraestrutura. O MPF requereu os mesmos critérios de geração de renda adotados nos reassentamentos da Ponte do Guaíba, de modo a garantir os direitos econômicos daqueles pequenos comerciantes com estabelecimentos comerciais anteriormente instalados na sua comunidade de origem.

Isso não foi acatado, e as famílias receberam da empresa menos da metade do valor das indenizações feitas pelo poder público federal.

Desse modo, as famílias da Vila Nazaré - tanto as já removidas para o Conjunto Residencial Irmãos Maristas, quanto as que lutaram para permanecer no local original - enfrentaram grave violação do direito à moradia adequada, estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, na Convenção Americana Direitos Humanos, dentre outros tratados internacionais. Na esteira da legislação pátria, violaram direitos previstos na Constituição Federal de 1988, no Código Civil, no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257 de 2001),



* A partir da Ocupação Povo Sem Medo, é possível ver aviões pousando no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre (RS). Foto: Heitor Jardim/Amigos da Terra Brasil

na Lei nº. 11.124 de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, e a própria Lei Orgânica do Município de Porto Alegre.

No lugar das empresas poluidoras, quem acaba por pagar a conta, por viverem em territórios preservados por seu modo de vida e sua cultura, e que são reduzidos a “sumidouros” ou “estoques” de carbono? As comunidades na floresta. Elas são restringidas no seu direito de uso e forma de ser e existir. Viverão sob as regras de um projeto REDD ou similar, que aterrissou no seu território por força de uma política pública estadual, por acordos entre empresas da aviação, ou pela intermediação de alguma consultoria ou ONG.

A partir daí, elas podem ter como “alternativa” abandonar suas atividades tradicionais extrativistas e abrir suas colocações para a exploração madeireira, arrendar suas terras para a pecuária, ou vender parcelas para os mais interessados nesses negócios, pois o recurso proveniente desses projetos não responde aos anseios e necessidades das populações originárias e tradicionais. Por exemplo, a demarcação das terras indígenas

e regularização fundiária dos pequenos agricultores e agricultoras, assim como a chegada de serviços públicos de saúde, saneamento, educação, transporte terrestre ou aquático, não seriam facilitadas por esses mecanismos.

Em resumo, a poluição aumenta com mais aviões voando e as comunidades têm seus modos de vida impossibilitados numa ponta e na outra - na expansão e na “compensação”. Os mecanismos de mercado pressupõem, em si mesmos, causar e invisibilizar a violação de direitos¹⁸. Mas, a cada ano de encontro dos povos no Acre e de aprofundamento da crítica aos “créditos de poluição”, tem aumentado também a solidariedade popular entre a floresta, o campo e a cidade no combate das falsas soluções climáticas:

Prestamos solidariedade aos povos de todos os estados do Brasil e dos países do sul global que sofrem estas mesmas violências (...) Repudiamos veementemente a perseguição, difamação e criminalização de defensoras e defensores dos territórios, que tem a coragem de se manifestar e denunciar os ataques dos promotores do capitalismo verde. Seguimos com a cabeça

erguida e crentes que, unidos, temos plenas condições de lutar contra as falsas soluções (...) e de construir formas alternativas de vida sustentável a partir dos territórios, respeitando a pluralidade dos povos. (Declaração de Sena Madureira, Junho de 2018)¹⁹

Aterrando a injustiça climática e avançando na luta popular por Justiça Ambiental

Em outubro de 2018, a sindicalista e seringueira histórica Dercy Teles, de Xapuri, no Acre, aterrissou em Porto Alegre para juntar essas pontas, no seminário “Financeirização da natureza: violações contra povos e territórios”, que reuniu grupos e organizações camponesas, povos e comunidades tradicionais e trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, de 40 municípios brasileiros, e também do Uruguai²⁰. Deu aula de solidariedade de classe e de resistência às falsas soluções do capitalismo verde, contando a história da luta dos Povos da Floresta para as pessoas na cidade, engajadas na luta indígena, quilombola e no movimento urbano de luta pela moradia. Muitas delas foram removidas da sua comunidade por empreendimentos poluidores e resolveram se organizar para lutar juntas pelos seus direitos.

Em maio de 2021, essa relação e esse compromisso de estarmos de um mesmo lado fortaleceram nosso esperar e ecoaram do Acre até o extremo sul, novamente em seminário à distância que reuniu mais de 100 pessoas:

Em consequência de exclusão social e miséria, aumentam o crime e a violência, tanto na cidade, quanto no campo e na floresta. No cenário atual de uma política da morte, os dominantes grupos políticos e a polícia, ao invés de deter, cada vez mais incentivam e promovem tais atos. Assim como nas áreas rurais, nas cidades também, empresas, em cumplicidade com governos, ameaçam, expropriam e expulsam pessoas de suas moradias. Nos solidarizamos com as cerca de 1.500 famílias da Vila Nazaré em Porto Alegre, que perderam suas casas e estão vendo sua comunidade de mais de 50 anos ser riscada do mapa, por causa da ampliação de uma pista de pouso do aeroporto Salgado Filho, concessionado à empresa alemã Fraport. Por sua vez, as empresas aéreas e de petróleo que se beneficiam deste projeto, pretendem “compensar” suas emissões de carbono, mas obviamente não a violência dos despejos que promovem, através de projetos REDD na Amazônia. Perpetuam assim a violência e destruição enquanto divulgam nas suas páginas de internet seu Esquema de Redução

de Emissões da Aviação Civil Internacional (Corsia/Icao) como “oportunidade para o Brasil” e mensagens de que estão protegendo a floresta. (Carta em Defesa da Amazônia e da Mãe Terra, contra as Invasões do Capital, da Violência Bruta e dos Golpes “Verdes”, maio de 2021)

As chamadas soluções da economia verde se dizem baseadas na natureza, mas estão intrinsecamente comprometidas com o lucro e a reprodução do capital transnacional, e em cumplicidade com a impunidade corporativa pelas violações sistêmicas e sistemáticas dos direitos humanos e dos povos. Quando cada comunidade e cada povo da floresta tiver o conhecimento de quem ganha e quem perde com esse traçado, avançaremos na luta comum para assegurar o direito à informação, à consulta prévia e livre, à autodeterminação e à soberania popular sobre seus territórios, culturas e modos de vida, enraizando com força as iniciativas populares emancipatórias pela Justiça Climática e Ambiental.

Notas

1 Significados das siglas: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) - previsto no Protocolo de Quioto, apresentado em 1997 na 3a Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC, ou com a sigla em inglês UNFCCC) em Quioto no Japão, entrando em vigor somente em 2005 com a adesão de um número mínimos de países, é um dos primeiros mecanismos de flexibilização da redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE) pelos países chamados “desenvolvidos” ou na linguagem da Convenção, através de projetos de captura ou sequestro de carbono nos países do Sul global, chamados “em desenvolvimento”; Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)

2 Environmental Credits. Disponível em <https://climeco.com/nature-based-solutions/>

3 Organizações fazem lançamento nacional do Observatório Rio Doce. Disponível em <http://homacdhe.com/index.php/2021/06/09/organizacoes-fazem-lancamento-nacional-do-observatorio-rio-doce/>

4 “É um tribunal do crime”, diz vítima da Samarco após pedido de extinção da Renova. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/05/e-um-tribunal-do-crime-diz-vitima-da-samarco-apos-pedido-de-extincao-da-renova>

5 Como a Shell dinamitou a democracia brasileira em prol da abertura do pré-sal para as petroleiras estrangeiras. Disponível em <http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2018/05/22/o-golpe-que-deu-certo-como-a-shell-dinamitou-a-democracia-brasileira-em-prol-da-abertura-do-pre-sal-para-as-petroleiras-estrangeiras/>

6 Justiça obriga Shell a reduzir drasticamente as emissões de CO2. Disponível em: <http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2021/05/26/vitoria-historica-juiz-obriga-shell-a-reduzir-dramaticamente-as-emissoes-de-co2/>

7 SbN para os negócios. Disponível em: <https://>

cebds.org/wp-content/uploads/2021/06/cebds.org-solucoes-baseadas-na-natureza-para-os-negocios-cebds-sbn-para-negocios-100621.pdf

8 Ouganda : des activistes écologistes emprisonnés pour avoir dénoncé l'entreprise TotalEnergies . Disponível em: https://www.liberation.fr/environnement/ouganda-des-activistes-ecologistes-emprisonnes-pour-avoir-denonce-lentreprise-totalenergies-20211025_OJYHNYPUJ5HGLECNX4AJV3NVS4/

9 “Mas afinal, quem está por trás desses crimes?” Disponível em: <http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2020/05/31/mas-afinal-quem-esta-por-tras-desses-crimes/>

10 Acesse em <https://aterra.info/>

11 Carbon Offsetting and Reduction Scheme For International Aviation. Disponível em <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/meio-ambiente/corsia>

12 Redução de Emissões da Aviação Civil Internacional (Corsia/Icao). Disponível em: <https://idesam.org/publicacao/corsia-oportunidades-para-o-brasil-v2.pdf>

13 LEI N. 2.308, DE 22 DE OUTUBRO DE 2010. Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2308.pdf>

14 Declaração de Xapuri. Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/declaracao-de-xapuri-28-de-maio-de-2017/>

15 <https://agencia.ac.gov.br/acre-sedia-debate-para-prospectar-mercados-de-offsets-no-setor-da-aviacao/>

16 Em 2017 a Fraport AG Frankfurt Airport Services da Alemanha ganhou a concessão do Aeroporto Internacional de Porto Alegre com oferta final de R\$ 382 milhões e do Aeroporto Internacional de Fortaleza, arrematado por R\$ 1,505 bilhão, em: <https://www.cnt.org.br/agencia-cnt/concessoes-aeroportos-porto-alegre-florianopolis-salvador-fortaleza-3-bilhoes>

17 Do Campo À Cidade. Disponível em: <http://www.>

amigosdaterrabrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/06/publicacao-v7-ptbr.pdf

18 De Porto Alegre ao Acre, Por Terra e Por Ar. Disponível em: <http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/04/fraport-ideograf.pdf>

19 Declaração de Sena Madureira, 17 de junho de 2018. <http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2018/06/21/declaracao-de-sena-madureira-17-de-junho-de-2018/>

20 Financeirização da Natureza: organizações de 40 cidades denunciavam violações de direitos contra povos e territórios. Disponível em: <http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2018/10/01/financeirizacao-da-natureza-organizacaoes-de-40-cidades-denunciavam-violacoes-de-direitos-contra-povos-e-territorios/>

Carta Em defesa da Amazônia e da Mãe Terra

Contra as Invasões do Capital, da Violência Bruta e do Golpe Verde

Nós, participantes do encontro “Amazônia Sitiada: Entre Violência Bruta e Golpe “verde” - Povos da Floresta em Defesa da Mãe Terra e Contra as Invasões do Capital”, resolvemos continuar rompendo o silêncio que a pandemia nos impôs. Denunciamos que estamos sitiados/as entre a violência direta, exercida por madeireiros, fazendeiros e megaprojetos, e agravada pela política fascista e genocida do governo brasileiro; e a violência indireta, mas não menos severa, do “capitalismo verde” com seus projetos e programas REDD+, REM, PSA e “Soluções Baseadas na Natureza”. Desde 1999, o “Governo da Floresta” transformou o Acre numa vitrine mundial da “economia verde”. No entanto, sua intervenção nos territórios causou divisão e nossa luta coletiva por terra e direitos retrocedeu. Apesar do grande volume de dinheiro, nenhuma terra indígena foi demarcada. Em vez disso, a convivência da comunidade com a floresta foi restringida, colocando em risco nossa sobrevivência física, cultural e espiritual. Enquanto isso, a extração de madeira, a pecuária e o desmatamento avançaram. Diante disto, vamos fortalecer o processo de reflexão e de resistência contra as invasões do capital com seus golpes “verdes” na Amazônia. Nossa esperança consiste em manter nossa presença nos territórios. Ao invés de aceitar “benefícios” e “oportunidades” imediatas, que nos tornam reféns dos interesses por trás dos projetos do “capitalismo verde”, tomaremos nossas decisões a longo prazo, pensando nas vidas das gerações vindouras. Queremos fortalecer as alianças com comunidades urbanas, que também vivem situações de expulsão e violência e que, assim como nós, querem lutar por seus espaços e modos de vida. Apelamos para a sociedade civil do Brasil e do mundo, que se solidarizem com nossa luta pela sobrevivência, pela floresta amazônica e pela vida na Terra, e que refutem as falsas soluções “verdes”. Vamos nos articular e lutar juntos. Comunicação, denúncia, e mobilização são nossas armas e a união é nossa força!

LEIA A CARTA NA ÍNTEGRA

Nós, cerca de 100 integrantes dos povos indígenas Apurinã, Huni Kuim, Jaminawa, Shanenawa, Xavante, Yawanawa; de comunidades de trabalhadores/as extrativistas; pequenas e pequenos agricultores/as; comunidades ribeirinhas e quilombolas; acadêmicos e militantes de movimentos e organizações sociais da Amazônia brasileira, de outros biomas e de outros países, nos reunimos – devido à pandemia apenas em pequenos grupos e interligados por computadores e celulares – durante os dias 13 e 14 de maio de 2021 no evento “Amazônia Sitiada: Entre Violência Bruta e Golpe “verde” - Povos da Floresta em Defesa da Mãe Terra e Contra as Invasões do Capital”.

Resolvemos continuar rompendo o silêncio que a pandemia nos impôs. A persistência dela vem facilitando ainda mais a acelerada destruição, violência, invasão e apropriação por parte de madeireiros, fazendeiros e as empresas por trás que demandam a madeira, carne e outros produtos extraídos de nossos espaços de vida, passando, na maioria das vezes, despercebidos pela grande mídia e pela população em geral. Dada a urgência da nossa situação, dirigimos esta carta-denúncia mundo afora buscando fortalecer nossas lutas e esperanças.

Estamos cientes de que a política fascista do atual governo brasileiro, que favorece e facilita invasões em nossos territórios e, além disso, faz tudo para favorecer a propagação do novo coronavírus, é parte de um genocídio. Entendemos também, que este genocídio se insere em um projeto global de destruição da terra e extinção da vida, movido pelos interesses da acumulação de capital.

Por um lado, estamos expostos à violência direta por madeireiros, fazendeiros e megaprojetos. Por outro lado, programas e projetos, de “desenvolvimento sustentável” e de “economia verde”, apresentados como se fossem “soluções” para nós, para a floresta e para o clima do mundo, exercem uma violência indireta, mas não menos severa, ao passo que restringem nossa convivência tradicional com a floresta e, com isso, colocam em risco nossa sobrevivência cultural e espiritual e ameaçam nossa soberania alimentar, nossos modos de vida e a relação com os territórios.

É em consequência deste capitalismo



• Indígenas, extrativistas e ativistas protestam contra o REDD+, durante encontro em Xapuri (AC) que relembrou os 30 anos do assassinato de Chico Mendes. Foto: Lindomar Dias Padilha/Cimi

pintado de verde, que nossa luta por terra e direitos retrocedeu nas últimas décadas, especificamente desde 1999, quando o autodenominado “Governo da Floresta”, ao transformar o estado do Acre em uma vitrine mundial da “Economia Verde”, atraiu para si grandes recursos de Bancos e Agências de Desenvolvimento e ONGs conservacionistas. Estes recursos, além de nunca terem se traduzidos em melhorias de vida para nossas comunidades, ou numa efetiva redução do desmatamento, foram usados para cooptar muitas das nossas lideranças.

As falsas promessas de grandes melhorias e a intervenção governamental e político-partidária dividiram as comunidades e desarticularam nossa luta comum, além de aumentar a extração da madeira e a atividade pecuária no entorno e no interior de nossos territórios.

Além de estarmos sitiados entre estas duas formas de violência direta e indireta perpetradas pelos diferentes empreendimentos do capitalismo, ainda somos, por vivermos mais diretamente com a terra, fortemente afetados

pelas mudanças do clima e da floresta, ou seja, pelas respostas da Mãe Terra ao projeto de destruição e morte global, tais como inundações, secas, desaparecimento de várias plantas e animais e o aparecimento de novas doenças como a Covid-19.

Concretamente denunciemos as seguintes situações:

- Grilagem de terras, grandes desmatamentos ilegais e invasões em nossos territórios, envenenamento de nossos igarapés com agrotóxicos, ameaças, expulsão violenta e assassinato de moradores estão tomando proporções inéditas na Amazônia brasileira. O governo, ao invés de proteger nossos direitos diante desta situação, facilita cada vez mais o grande saque das terras amazônicas. E quando denunciemos estes atos nos órgãos governamentais competentes, não temos retorno e nossas denúncias não tem efeito.

- A demarcação dos territórios é um elemento crucial na luta pela sobrevivência dos cerca de 180 povos indígenas na Amazônia brasileira. Hoje, no congresso brasileiro, as

bancadas ruralista e evangélica lançam ataques cada vez mais violentos contra este nosso direito constitucional e procuram, entre outros, por meio da PEC 215 e do estabelecimento de um “marco temporal”, destruir esse direito e impossibilitar qualquer futura demarcação.

- Os projetos de compensação de carbono florestal ou de biodiversidade, que avançam na Amazônia sob denominações como REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), PSA (Pagamentos por Serviços Ambientais) ou, mais recentemente “Soluções Baseadas na Natureza”, também fazem parte do amplo processo de tomada de controle sobre nossos espaços e modos de vida. Chegamos à conclusão de que a constante mudança de denominações e a incompreensibilidade das siglas e dos termos técnicos que acompanham estes projetos e programas, que inviabilizam qualquer transparência e participação efetiva da nossa parte, são propositais e servem para ofuscar a verdadeira natureza destes empreendimentos e políticas, que apenas visam legitimar a continuada poluição e destruição da natureza por parte de indústrias, sobretudo aquelas na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos e outros países onde as maiores empresas poluidoras do mundo têm suas sedes. Sentimos que a palavra “sequestro”, neste contexto, se refere menos ao tão frequentemente mencionado carbono, mas, mais propriamente à Amazônia como espaço de vida e diversidade. Enquanto promotores e intermediadores destes projetos lucram, regras e restrições acerca do uso da terra estão sendo impostos para nós, e a chamada “Repartição de Benefícios”, se houver, se restringe à doação de alguns bens de consumo, como por exemplo fogões de latas recicladas, filtros de água ou kits de higiene bucal. Ao nosso ver, a função destes projetos é comparável à da focinheira que os fazendeiros colocam no boi para guiá-lo e controlá-lo. Na medida em que os aceitamos, abrimos mão da nossa autodeterminação.

- Estamos preocupados com as diversas políticas públicas, os programas governamentais e a criação de leis que facilitam a transformação da Amazônia em um sumidouro de carbono e gradativamente tutelam, criminalizam e expulsam os povos da floresta: O programa REM (sigla em Inglês de “REDD Early Movers”) do governo alemão apoiou durante anos a implementação do Sistema de Incentivos para Serviços Ambientais (SISA)

pelo “Governo da Floresta” no Acre. A situação das comunidades no Acre piorou durante este tempo, enquanto a pecuária, a extração de madeira e o desmatamento avançaram. Até hoje não sabemos o que aconteceu com estes recursos. Hoje, o REM procura impor o REDD em Mato Grosso, principal estado do agronegócio brasileiro, e receamos que lá os principais beneficiários destes recursos serão as oligarquias ligadas a este setor. Tanto no Acre, quanto no Mato Grosso, o REM não inclui apoio muito menos garantias à demarcação de terras indígenas. Outro processo que nos preocupa se dá em decorrência da criação da Força Tarefa de Governadores para o Clima e Florestas (GCF), em 2008, e do acordo de 2010 entre os governos do Acre, da Califórnia (EUA) e Chiapas (México). Estas iniciativas visam o comércio de créditos REDD a partir das nossas florestas para indústrias. Uma vez que estas indústrias, como por exemplo as refinarias na Califórnia, ganham seu “direito de poluir”, comunidades urbanas que vivem próximos a elas seguem sendo diretamente atingidas pela emissão de gases nocivos. Declaramos nossa solidariedade com estas comunidades e, desde já, recusamos quaisquer “benefícios” de tais negócios.

- O direito das nossas comunidades por uma consulta livre, prévia e informada, como previsto na Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais não é respeitado nos projetos do tipo REDD e PSA, assim como também não na implementação de megaprojetos de infraestrutura de escoamento dos produtos do agronegócio. As vezes chamam duas ou três pessoas para uma reunião para depois dizer que houve consulta.

- Apesar de diversas organizações de mulheres lutarem por maior participação na construção de políticas e projetos, até hoje não há participação efetiva da mulher indígena e camponesa nestes processos. Neste contexto refutamos o testemunho de uma parenta nossa, que participa do “programa indígena” do GCF. Em vídeo produzido e divulgado na internet pela ONG Comissão Pró-Índio, ela fala sobre o protagonismo das mulheres indígenas em espaços de tomada de decisão sobre políticas ambientais e direitos indígenas. Este protagonismo não existe e esta mulher não nos representa. Se o GCF levasse em conta as vozes das mulheres indígenas de verdade, cessaria suas tentativas de impor o REDD sobre nossos territórios.

- O estado se tornou cúmplice neste grande saque e vem facilitando a tomada de controle sobre as terras amazônicas por parte dos interesses capitalistas. Por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural - CAR, prescrito pelo novo código florestal de 2012, junto com leis e decretos e programas governamentais que vêm sendo criados paralelamente supostamente para “regularizar” as terras, facilita tanto os atos de grilagem, quanto os projetos do tipo REDD.

- Durante a grande enchente, que houve no Acre em março de 2021, muitos indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores tiveram seus roçados e suas casas destruídos, e atualmente não têm como alimentar suas famílias adequadamente.

- As proibições de caça e do uso de madeira e os sistemas de vigilância ambiental implementados nos nossos territórios agravam ainda mais as crises alimentares e de moradia.

- Nossos jovens vêm sendo cada vez mais seduzidos pelo consumismo, que o modelo dominante de desenvolvimento impõe e, cada vez mais, eles acabam saindo das nossas aldeias e colocações e se perdem nas periferias das capitais.

- Em consequência de exclusão social e miséria, aumentam o crime e a violência, tanto na cidade, quanto no campo e na floresta. No cenário atual de uma política da morte, os dominantes grupos políticos e a polícia, ao invés de deter, cada vez mais incentivam e promovem tais atos. Assim como nas áreas rurais, nas cidades também, empresas, em cumplicidade com governos ameaçam, expropriam e expulsam pessoas de suas moradias. Nos solidarizamos com as cerca de 1.500 famílias da Vila Nazaré em Porto Alegre, que perderam suas casas e estão vendo sua comunidade de mais de 50 anos ser riscada do mapa, por causa da ampliação de uma pista de pouso do aeroporto Salgado Filho, concessionado à empresa alemã Fraport. Por sua vez, as empresas aéreas e de petróleo que se beneficiam deste projeto, pretendem “compensar” suas emissões de carbono, mas obviamente não a violência dos despejos que promovem, através de projetos REDD na Amazônia. Perpetuam assim a violência e destruição enquanto divulgam nas suas páginas de internet seu Esquema de Redução de Emissões da Aviação Civil Internacional (Corsia/Icao) como “oportunidade para o Brasil” e mensagens de que estão protegendo a floresta.

- Neste mesmo contexto, ainda manifestamos nossa solidariedade com os moradores da favela do Jacarezinho, onde ocorreu, poucos dias antes do nosso encontro, a maior chacina da história do Rio de Janeiro. Expressamos nosso veemente repúdio à moção de apoio que a Assembleia Legislativa do Mato Grosso aprovou dia 11 de maio e na sequência, à moção de aplauso da câmara de vereadores de Cuiabá, no dia 13 de maio, parabenizando a operação policial que perpetrou o massacre. Exigimos que este caso seja apurado com rapidez e transparência e que o estado cumpra seu papel de deter a violência ao invés de incentivá-la e cometê-la!

Perante as situações expostas acima, nós resolvemos:

- Vamos fortalecer o processo de reflexão e discussão e de resistência contra as invasões do capital com seus golpes “verdes” na Amazônia, processo este que se iniciou com a Carta do Acre em 2011 e, desde então, levou a diversos encontros, manifestações de protesto, declarações e ações coletivas de mobilização no Brasil e no exterior, até que foi interrompido pela pandemia e que retomamos nesse encontro como forma de romper o silêncio e buscar fortalecer novamente nossas lutas.

- Nossa esperança consiste em manter nossa presença nos territórios. Não somos apenas comunidades e povos que vivem na floresta, mas somos comunidades e povos da Floresta. A floresta e nós somos aliados, quer dizer, um não vive sem o outro. Aquilo que pessoas urbanas compram na farmácia e supermercado, a floresta em grande parte providencia para nós.

- Estamos felizes por não participar das loucuras destrutivas do homem branco, que se diz “civilizado”. Ao invés de aceitar os projetos de morte que querem nos impor de cima para baixo, vamos continuar construindo, de baixo para cima, nossos próprios projetos de vida. Vamos manter e reativar nossas práticas tradicionais e da agroecologia e cultivar aquilo que os povos de línguas Pano chamam Ihiwei Nakaki, em Quéchuá é chamado Sumak Kawsay e é traduzido para o português como o Bem Viver: uma vida plena com alto grau de autonomia e com dignidade, como a floresta nós oferece.

- Ao invés de aceitar “benefícios” e “oportunidades” imediatas, que nos tornam reféns dos interesses por trás dos projetos da economia verde, tomaremos nossas decisões a longo prazo, pensando nas vidas dos nossos filhos e filhas e das gerações vindouras.

- Iremos dialogar com nossos jovens, para que eles não sucumbam ao estilo de vida consumista e para que possam optar pela vida aliada à floresta e fazer a luta em defesa de seus/nossos territórios.

- Queremos fortalecer as alianças com comunidades urbanas, que também vivem situações de exclusão, expulsão e violência e que, assim como nós, querem lutar por seus direitos, espaços e modos de vida.

Apelamos para a sociedade civil do Brasil e do mundo, que se solidarizem com nossa luta pela sobrevivência, pela floresta amazônica e pela vida na Terra, e que refutem as falsas soluções do capitalismo “verde”. Vamos nos manter articulados e lutar juntos para impedir a extinção da vida na Amazônia e no mundo pelo crescimento desenfreado da economia capitalista. Comunicação, denúncia, e mobilização são nossas armas e a união é nossa força!

Sobre as autoras e autores

DERCY TELES DE CARVALHO *é camponesa, educadora popular, sindicalista, militante e ativista política brasileira.*

LINDOMAR DIAS PADILHA *é mestre em Direito e missionário do Cimi na Amazônia Oriental.*

MICHAEL F. SCHMIDLEHNER *é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC).*

MANOEL EDIVALDO SANTOS MATOS *é agricultor e ex e-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém (PA).*

GILDERLAN DA SILVA *é biólogo e missionário militante do Cimi no Maranhão.*

HEMERSON PEREIRA *é cientista social, mestrando e missionário militante do Cimi no Maranhão.*

JOSÉ HORLANDO *é missionário estagiário do Cimi no Maranhão.*

LARISSA CORTEZ *é estudante de Direito e assessora do Cimi no Maranhão.*

ROSIMEIRE DINIZ *é cientista social e missionária militante no Cimi no Maranhão.*

Acesse
Download



Realização:
**Cimi Amazônia Ocidental,
World Rainforest Movement
e Amigos da Terra Brasil**



Apoio:
**Fundação Rosa Luxemburgo
e CCFD Terre Solidaire**

